



ESCOLA **informação**

Nº 240 Outubro 2010 . MENSAL . 0.50€

24 de Novembro
**GREVE
GERAL**

Pela mobilização geral contra esta política!

LEITURAS



Martins, Alcina Maria de Castro
Génesis, emergência e institucionalização do serviço social português, Encadernação Progresso, Lda., 2010.

Tese doutoramento apresentada e discutida, em 1993, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo por Alcina Martins, actualmente professora associada do Instituto Superior Miguel Torga, foi de novo publicada em 2010 com ligeiras alterações. O serviço social constituiu a partir da segunda metade do século XIX na Europa uma tentativa de gerir e atenuar a conflitualidade social resultante do agravamento das desigualdades, da miséria e precariedade laborais que inauguraram a expansão do

capitalismo e a formação do movimento operário. A investigação debruça-se sobre o caso português, exemplo paradigmático de um país que durante o século XIX e grande parte do século XX se caracterizou por elevadas taxas de pobreza e por enormes disparidades na repartição da riqueza que, infelizmente, persistem ainda hoje trinta e seis anos após a Revolução de 25 de Abril. O período escolhido situa-se entre o final do século XIX e o fim da Segunda Guerra Mundial. A autora pretende analisar a génese, emergência e institucionalização do serviço social português no contexto das relações entre o Estado e a Igreja, destacando dois grandes períodos: por um lado, o período da república liberal com a sua tendência para a laicização e a descristianização da sociedade; por outro lado, o Estado salazarista com a sua regressão corporativista e o reforço da recristianização da sociedade que pretende ser uma resposta de cariz conservador ao laicismo e ao positivismo centrado na ciência do liberalismo republicano.

“*Génesis, emergência e institucionalização do serviço social português*” é uma obra de leitura obrigatória para quem quiser conhecer a saga dos trabalhadores sociais portugueses e as ideologias que visam tutelar as classes trabalhadoras. Destacamos esta passagem particularmente “edificante” de um texto que, apesar de ser escrito em 1918 numa publicação significativamente intitulada “A Crise Nacional”, anuncia já o golpe de Estado militarista de 28 de Maio de 1926 e o Estado salazarista: “«As classes trabalhadoras por si sós abandonadas aos seus recursos próprios, não só materiais como morais, pouco podem fazer. Precisam de ser dirigidas, orientadas, enqua-

dradas por uma verdadeira elite de famílias superiores que as encaminhem em todas as manifestações da vida social»”.

BLOGS



UMA AVENTURA SINISTRA

“Um blogue sobre esta saga catastrófica que são as políticas educativas em Portugal. Renasce após o desastre que foi 'A Sinistra Ministra' (pessoa). Estamos cá para contar a história e criar algumas estórias também, com humor e vontade de ver as coisas a melhorar.”

O mais recente blogue sobre educação.
<http://umaaventurasinistra.blogspot.com/>

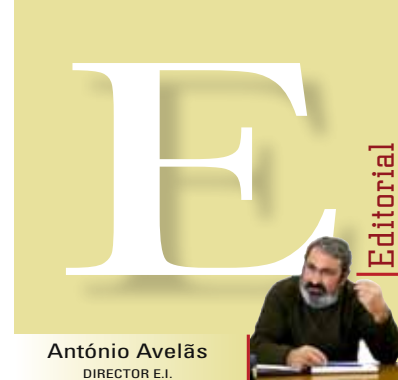


5 Dias.Net

Blogue sobre a actualidade política e social com um grupo muito heterogéneo e de grande qualidade de colaboradores.

<http://5dias.net/>

ÀS ARMAS, ÀS ARMAS CONTRA QUEM NOS ROUBA MARCHAR, MARCHAR



Não estamos, é óbvio, num momento de exaltação revolucionária, nem sequer de fervor patriótico, pelo que a aproximação do título desta crónica aos versos finais do hino da República é, claro, meramente metafórica. Mas, tal como, nos finais do século XIX se apelou à resistência contra a ignomínia imposta pela Inglaterra – o Ultimatum – também agora se torna ética e politicamente necessário apelar à resistência. Não contra os ingleses (muito menos contra os canhões) mas contra o assalto à nossa bolsa, à nossa escola, à nossa qualidade de vida. Sabemos que o “assalto” – o roubo – não afecta só os professores, mas todos os trabalhadores, muito particularmente os trabalhadores da administração pública. Mas porque esta é uma revista dos professores, permita-se que se analise mais em detalhe a situação que o Orçamento de Estado lhes quer impor. Os mais prejudicados – como sempre – são os mais “fracos”, neste caso os contratados, aos quais a não realização do concurso extraordinário acordado (para que servem os acordos com o Ministério da Educação?) impedirá a entrada na carreira, com prejuízos salariais muito superiores aos 10% que serão impostos a quem ganhe mais de 4200 Euros! No outro extremo, os docentes do topo da carreira (índice 340) perderão em 2011 o equivalente a mais de dois salários. Pelo meio, todos serão brutalmente atingidos, não só pelos cortes salariais mas pelo roubo de mais um ano na contagem do tempo de serviço e pelo congelamento das progressões – muitos docentes estão há anos à espera de progressões legalmente adquiridas mas na prática sempre anuladas. As medidas anunciadas de alterações curriculares e de outras “restrições” implicarão – como é aliás anunciado – uma diminuição do número de professores e o desemprego para uns largos milhares (de contratados, sobretudo, mas não só).

Às escolas será imposta uma redução orçamental. Fala-se de um corte de 25%. Insistir-se-á na aberração pedagógica dos mega-agrupamentos em nome da poupança (aliás escassa) financeira. Tudo indicia que se agravará a enorme carência de pessoal auxiliar (é preciso não ter vergonha para oferecer 3 euros/hora para substituição destes trabalhadores em falta...).

Poderá argumentar-se que estas medidas – este roubo – são inevitáveis e corajosas. É um facto que a situação financeira a que o país foi conduzido obriga a medidas difíceis. Mas, ao contrário do que a propaganda governamental tem repetido, não foram os aumentos nem os hipotéticos grandes vencimentos da administração pública os responsáveis pelo crescimento da dívida pública: à excepção do ano de 2009, os funcionários públicos tiveram sempre aumentos inferiores à inflação e, em muitos casos, tiveram aumento zero. Nos últimos 8 anos, perderam cerca de 10% do seu poder de compra. A grande maioria dos trabalhadores da administração pública ganha francamente mal (veja-se o caso dos trabalhadores não docentes!) e as excepções são, como é inevitável, as profissões para as quais se exige formação superior altamente qualificada (médicos, professores, juizes...). A mentira dos governantes e dos seus papagaios na comunicação social vai ao ponto de apontar entre as causas da derrapagem do deficit os 400 milhões que resultariam da aplicação do acordo entre o ME e os professores, esquecendo-se (voluntariamente?) de que ele só muito infimamente foi aplicado pelo que o seu impacto orçamental em 2010 é praticamente nulo. Mas a propalada coragem do governo limita-se a isto: obrigar os mais fracos – e os não culpados – a pagar os 5 mil milhões enterrados no BPN para salvar os crimes dos especuladores da estirpe dos Oliveiras e Costas, dos Dias Loureiros, dos Arlindos de Carvalhos e outros – tudo gente irrepreensível que nunca deixou de apelar aos sacrifícios dos portugueses... E os submarinos comprados em momentos em que não o deviam ter sido; e os carros de combate para a cimeira da Nato, e os muitos milhares de milhões que fogem aos impostos nos paraísos fiscais, e o fechar de olhos aos impostos não pagos pela economia paralela... Atacar estas situações seria um acto de coragem, atacar os que menos culpa têm na situação e torná-los nos principais pagadores da crise é cobardia, é apostar na injustiça social.

Denunciemos tudo isto, mas deixemo-nos de lamúrias: às injustiças sociais e políticas, ao roubo, à degradação das condições de vida da população mais pobre e mais indefesa vamos responder com uma extraordinária greve geral no próximo dia 24 de Novembro. É perigoso fingir que a crise não existe; mas é ainda mais perigoso admitir que não haja outras soluções, outros caminhos. Se os não reivindicarmos, ficaremos à mercê de futuros e mais graves roubos. A estratégia dos poderosos – a banca, à cabeça – é a de enriquecerem à custa dos nossos sacrifícios. Vamos resistir-lhes, porque temos forças para isso. Às armas, às armas... ■



ficha técnica:

Director: António Avelãs .Chefe de Redacção: Manuel Grilo . Conselho de Redacção: Luis Viana, Joaquim Veiguinha, Rolando Silva, Teresa Chaveca, Isabel Pires, . Redacção: Lúcia Calapez. Paginação e Grafismo: Dora Petinha . Capa: Dora Petinha. Composição: Idalina Martins, Lina Roque . Revisão: Luísa Pereira . Impressão: SOGAPAL, SA. - Av. dos Cavaleiros, 35, 2795-626 Carnaxide . Edição e Propriedade de: Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Tiragem: 29 000 Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.

Neste número:



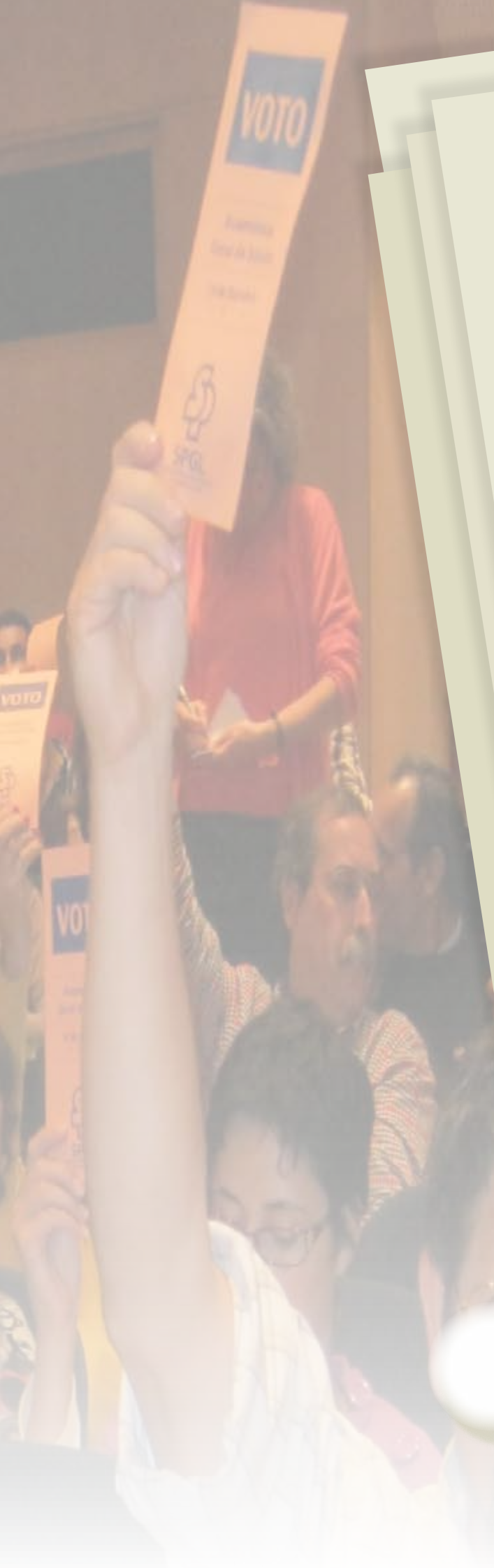
- 2 Sugestões
- 3 Editorial
- 5 Dossier
 - 24 de Novembro – Greve Geral
- 15 Cidadania
 - Os conselhos do Governador Carlos Costa
- 16 Reportagem
 - Orquestra Geração
- 20 Escola/Professores
 - 20. Dia Mundial dos Professores
 - 23. Rogério Fernandes homenageado
“No meu Bairro, aconteceu...”
 - 24. O Chefe Roque deixou-nos
 - 25. No Gil Vicente não há medo
 - 26. Conferência Mundial contra a Guerra e a Exploração
 - 27. Concurso “Educação sexual – um direito”
SPGL celebra protocolo
 - 28. Departamento do Ensino Superior cria blogue
FENPROF/CNIS
- 29 Opinião
 - “Prova de Condição de Recursos”
- 30 Internacional
 - Entrevista com Norman Finkelstein
- 31 Aos Sócios
- 35 Consultório Jurídico
 - Protecção na parentalidade

Dia Mundial dos Professores



PÁGINA 20





Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO Nº240 OUTUBRO 2010

■ Em véspera da greve geral de 24 de Novembro, “Escola Informação” dá o seu pequeno contributo com um Dossier que lhe é dedicado.

Aqui reunimos largos extractos da intervenção de Carvalho da Silva na sessão da CGTP-IN dedicada ao seu 40º aniversário.

A par de uma breve sinopse das lutas em curso na Europa contra as políticas anti-sociais. E da notícia da aprovação – por unanimidade e aclamação – da adesão à greve geral, pela Assembleia-geral de Sócios do SPGL. ■

Construir um amanhã melhor, continua a ser o nosso objectivo

No dia 1 de Outubro, dia em que a CGTP-IN assinalou os seus 40 anos, o seu secretário-geral, Carvalho da Silva, anunciou a decisão do Conselho Nacional de propor aos trabalhadores a realização de uma greve geral a 24 de Novembro.

Pela sua importância – como análise do trabalho e perspectivas da CGTP-IN e da realidade socioeconómica e política do país – aqui reproduzimos largos extractos da intervenção de Carvalho da Silva.

Este dia, 1 de Outubro de 2010, é um grande dia para todos nós dirigentes sindicais, para as trabalhadoras e os trabalhadores portugueses, mas também, para a sociedade portuguesa e para o país. A CGTP-Intersindical Nacional é uma Central Sindical que, emanando dos trabalhadores, das suas lutas nos locais de trabalho, nos diversos sectores de actividade, sempre assumiu uma cultura e práticas sindicais transformadoras, que associam a afirmação dos direitos e interesses dos trabalhadores à defesa dos interesses do país, à construção de uma sociedade mais justa e de um futuro melhor para todos, em particular para as

novas gerações que, justamente, anseiam ver esse futuro com mais qualquer coisa do que aquilo que recebem da geração anterior. Continua a ser esse o nosso objectivo: construir um amanhã melhor.



Camaradas, estamos hoje aqui, depois de termos reunido os órgãos de direcção da Central. Realizaríamos sempre esta Grande Assembleia mas, na situação

presente, impunha-se uma forte reflexão prévia sobre a situação que vivemos que, como sabemos, é uma situação complicada, de muitos problemas para os trabalhadores e trabalhadoras e para o povo. Tivemos debates profundos no seio da Comissão Executiva, no seio do Conselho Nacional, reflectindo sobre esses problemas e a forma de lhes dar resposta, o que implicou analisar as suas causas e as suas origens, porque senão não há respostas eficazes. Como nos dizia José Saramago, «somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir».

Para fechar estes debates, realizámos ontem uma reunião do Conselho Nacional. A primeira coisa que quero transmitir-vos é que o Conselho Nacional da Central – que julgo ter sido o Conselho Nacional mais participado neste mandato – decidiu, por unanimidade, propor aos trabalhadores e trabalhadoras deste país a realização de uma Greve Geral, a 24 de Novembro. Esta decisão é um grande desafio que queremos esteja presente desde o primeiro minuto do debate que aqui vamos fazer.

Permitam-me que vos transmita integralmente o tópico fundamental da decisão, porque os outros ainda terei tempo de falar neles: “*propor, aos trabalhadores e trabalhadoras do nosso país, a realização, a 24 de Novembro, de uma Greve Geral, procedendo-se de imediato à realização de reuniões, plenários e outras formas de consulta aos activistas sindicais e aos trabalhadores nos locais de trabalho, para auscultação, confirmação e responsabilização inerentes à concretização desta luta com êxito*”.

O que queremos dizer com esta decisão e propostas? Nós, dirigentes, temos consciência, sem qualquer hesitação, de que é necessário realizar esta Greve Geral, temos a determinação necessária para a fazer com grande êxito, mas queremos que os tra-

balhadores e activistas sindicais participem no processo de decisão e de construção desta greve desde o primeiro momento, porque esse é um direito seu e uma prática indispensável nesta CGTP-Intersindical Nacional. Os trabalhadores e os seus activistas são os protagonistas primeiros; a direcção não tem dúvidas da necessidade, das condições, e da possibilidade de realização desta grande greve, mas quer fazê-la de forma participada, com todos!

Esclarecimento e unidade

Camaradas, permitam-me desde já dois acrescentos. Como aqui vamos ver **os problemas são imensos, exigem uma enorme acção de esclarecimento**: os trabalhadores, em particular aqueles que têm mais baixos salários e que vivem em condições de mais precariedade, estão metidos em espartilhos muito complicados. Nós sabemos que os medos são muitos porque é grande a repressão e a precariedade, porque as pessoas vivem em grande dificuldade. A campanha ideológica do neo-liberalismo sobre as inevitabilidades dos sacrifícios sem fim

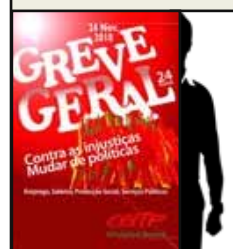
sabilidade e respeito recíproco, propomos uma forte unidade de acção a todas as organizações sindicais que demonstrem preocupação com os problemas que os trabalhadores e o país se deparam e manifestem disponibilidade para lhes dar combate em acções sectoriais, bem como nesta greve geral, afirmando-se caminhos alternativos e caminhos justos para a sociedade portuguesa”.

É com este espírito aberto e com uma forte disponibilidade de trabalharmos a partir da concepção que cada trabalhador tem sobre como ser protagonista deste processo de exigência de mudança, que partimos para esta Greve Geral. A direcção não se enganou, sei que podemos dizer: contamos convosco, vamos fazer uma grande Greve Geral.

Condicionantes e potencialidades

Camaradas, ao arrancarmos para este grande e empolgante desafio devemos olhar, nesse exercício de memória que é sempre preciso fazer, quais são as condicionantes e as potencialidades que surgem a cada momento. Num texto que ides receber, num dos parágra-

É com este espírito aberto e com uma forte disponibilidade de trabalharmos a partir da concepção que cada trabalhador tem sobre como ser protagonista deste processo de exigência de mudança, que partimos para esta Greve Geral



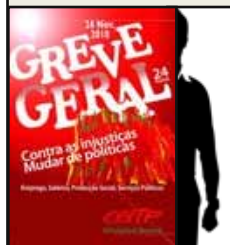
para o povo, os impactos disso são muito fortes. Mas nós somos capazes de responder agindo numa acção de esclarecimento, numa intervenção que tem que ser disseminada por todo o país com os temas mais importantes para todos os trabalhadores e, a partir daí, fazer a mobilização.

Fazer a mobilização, com um forte sentido de unidade. E por isso ontem também decidimos que, “com um sentido de respon-

fos sobre os 40 anos da Central, diz-se o seguinte: “*As lutas dos trabalhadores, nas suas formas e objectivos e, consequentemente, a acção do Movimento Sindical como sua expressão organizada e dirigente não são intemporais. Elas são sempre determinadas pelas condições concretas de cada momento, pelas etapas de desenvolvimento social, pelas co-relações de forças que se vão construindo, pela ofensiva mais ou menos intensa do patronato,*

pelos níveis de organização e consciência dos trabalhadores, pela sua preparação e disponibilização para a luta pelos seus interesses imediatos, mas também pela existência de projectos políticos mais gerais, que tenham como objectivo a construção de uma democracia política, económica social e cultural em que se conjugam o respeito pelos direitos humanos com a evolução sustentada em todas as dimensões da vida humana na valorização do trabalho e na dignificação dos trabalhadores, na perspectiva histórica da edificação de uma sociedade sem classes".

O caminho é questionar e afrontar aqueles que detêm a riqueza e o poder, aqueles que se apropriam indevidamente da riqueza, exigir uma mais justa distribuição dessa riqueza.



É este o enquadramento que hoje nos interessa à partida tomar e a partir daqui ver, em relação a cada uma destas dimensões, quais são os problemas concretos. Esta é a grelha de partida.

Como se diz neste texto, as lutas são sempre condicionadas pelas condições concretas de cada momento e como vamos ver **as condições actuais são difíceis**: a precariedade, o desemprego, os cortes nos apoios sociais, a exploração desmedida de trabalhadores e população mais desprotegida, limitações profundas no processo de desenvolvimento do país.

Dizemos que as condições de luta são determinadas pelas etapas de desenvolvimento social e, camaradas, neste momento, na nossa sociedade, fruto dessa campanha ideológica neoliberal profundamente retrógrada desta fase do capitalismo, há como que **uma espiral regressiva em construção todos os dias**. Procuram levar os que menos têm à situação de quebra de esperança, encostá-los à parede, impondo-lhes sacrifícios e mais sacrifícios.

Desenvolvem teorias de que o desempregado é um privilegiado porque recebe um subsídio, que o pensionista é um privilegiado porque os outros estão a pagar impostos para ele receber a pensão, que o trabalhador com precariedade é um privilegiado porque já tem trabalho, que um reformado sem condições de sobrevivência se tiver um apoio social já é um privilegiado. Ora, estas camadas da sociedade ganham muito pouco, ou têm baixos rendimentos. Lembremo-nos que temos mais de metade das famílias portuguesas que vivem com rendimentos até 900 euros, ou seja, temos

mais de 5 milhões de portugueses que vivem com rendimentos em níveis inferiores de subsistência, muitos na pobreza e outros abaixo da pobreza. Sobre estes descarregam esta teoria de que são eles os privilegiados e, com isto, ao som da ladainha das inevitabilidades do sacrifício - porque como falsamente dizem "a crise toca a todos" - procuram quebrar-lhes a confiança e desencadeiam a tal espiral regressiva, em que até parece haver razão para tirar alguma coisa a quem já pouco tem, por haver sempre quem não tenha nada. E, depois, nós vemos surgirem com facilidade na sociedade construções negativas nas discussões, designadamente, entre trabalhadores: se um tem mais qualquer coisa dizem: não, tu tens que deixar de ter porque eu ainda estou pior!

Espiral regressiva

Quando a sociedade entra nesta espiral regressiva de uma pretensa igualdade sempre na regressão: primeiro, jamais haverá

igualdade; segundo, há um caminhar da sociedade para o fosso. Mas é com isto que os poderes económico e político alimentam e prolongam o seu poder. Nós temos de sacudir esta situação.

Nós **sabemos que é difícil a organização e manifestação dos precários, que é difícil a manifestação da juventude**, a quem só dão precariedade e baixíssimos salários e a quem quebram a esperança dizendo-lhes que não podem ter projectos de vida estruturados porque para eles tudo vai ser provisório no trabalho e fora do trabalho. Isso cria-lhes enormes limitações. Nós temos que romper com isto, temos que ajudar estas camadas da população a despertarem e a verem que o caminho não é puxar a sociedade para baixo. O caminho é questionar e afrontar aqueles que detêm a riqueza e o poder, aqueles que se apropriam indevidamente da riqueza, exigir uma mais justa distribuição dessa riqueza. Exigir melhores condições de vida, afirmar, pelos factos concretos, pela expressão dos protestos e pela luta colectiva, que os desempregados, os precários, os pensionistas, os que recebem o SMN, ou o comum dos trabalhadores não são os privilegiados, mas sim os sacrificados do sistema.

Há camaradas que com muita sinceridade colocam situações que expressam o atrofiamiento em que se encontram os trabalhadores perante estas campanhas neoliberais. No trabalho sindical, cada uma e cada um de vós, ao dirigir-se aos trabalhadores, por exemplo, para discutir salários, ouve destes, ou até de outras pessoas que já não estão no activo, uma interrogação: melhorar os salários? "Eu vivo com 400 euros, os outros também têm de sacrificar-se. O sacrifício é para todos!" Não entendem quem está a apoderar-se da riqueza, quem está a beneficiar do seu sacrifício e escorregam para uma perigosa espiral regressiva. São estas lógicas que nós temos de quebrar. Em situações de grande crise é este o cenário mas, apesar de ser difícil, é rompendo com este cenário que

se resolve o futuro.

Grandes desafios

Desde logo se nos coloca então um grande desafio nesta Greve Geral: **precisamos e queremos todos os trabalhadores, sindicalizados ou não sindicalizados, com qualquer tipo de vínculo de trabalho e de todas as gerações a participarem neste processo** de construção e realização da Greve Geral de 24 de Novembro. Temos que reforçar o nosso esclarecimento e a nossa intervenção nesta massa imensa da sociedade portuguesa que está aprisionada para sustentar um sistema injusto, um sistema que concentra cada vez mais a riqueza e gera mais injustiças. É um desafio que, com certeza, vamos pegar com muita força nesta greve, rompendo barreiras e criando esperança.

Naquela grelha de partida, como eu lhe chamei, nós dizemos que o êxito das lutas dos trabalhadores se determina pelas co-relações de forças que se vão construindo e pela ofensiva mais ou menos intensa do patronato. Ora, não temos dúvidas em assumir que, hoje, as relações de força entre capital e trabalho são altamente desfavoráveis aos trabalhadores, e existe um desequilíbrio crescente. A unilateralidade do poder patronal é um facto no estabelecimento das relações de trabalho nas mais diversas dimensões. E isto acontece, isto foi-se tornando assim, porque o poder político que temos tido ao longo de décadas, conscientemente, optou por esse caminho de intensificação da exploração dos trabalhadores e de lhes enfraquecer o seu poder colectivo. Alguns, embora dizendo que não são por essas políticas e práticas, vão cedendo em nome de que não há nada a fazer, em nome das inevitabilidades. Que desgraça o comportamento da social-democracia nas últimas décadas em relação a este aspecto! Foi por isso que vimos as relações de força a desequilibrarem-se: foi pela destruição de laços

fundamentais de estabilidade e segurança no emprego, pela subversão da legislação do trabalho, pela sobreposição do poder económico e financeiro ao poder político, foi pelo predomínio da especulação sobre a economia real. Tudo isto foi sendo desenvolvido, mas com muita determinação temos que dizer que não se pode continuar a caminhar por aqui. Também sabemos que estas relações de força não se vão alterar apenas por as denunciarmos, por denunciarmos o seu desequilíbrio, embora seja indispensável a denúncia. Elas alterar-se-ão pela nossa acção. Quando uma equipa está a perder, se quer ganhar, não resolve o problema ficando a protestar contra a que está a ganhar, tem é de reconhecer que está a perder e dar corda aos sapatos para conseguir marcar golos, para reequilibrar e ganhar a partida. Este é, então, **outro desafio que se nos coloca nesta Greve Geral. Ela tem que ser um contributo para alterar as relações de forças** que existem no terreno, nas relações entre os trabalhadores e os patrões, o capital.

É neste caldeirão social em que nos movimentamos, no qual somos actor importante, que se geram as condições para as alternativas políticas

Dizemos que as lutas dos trabalhadores se definem, também, pelos níveis de vida, pelos níveis de organização e consciência dos trabalhadores e pela sua preparação e disposição para a luta em defesa dos seus interesses imediatos. Ora, tendo consciência do desgaste do Movimento Sindical, e sabendo das suas causas, temos a certeza de que somos uma grande força e de que o Movimento Sindical tem uma génese muito sólida assente no lugar que o trabalho ocupa na sociedade e no valor do trabalho. É a centralidade do trabalho na sociedade e os seus valores que sustentam o

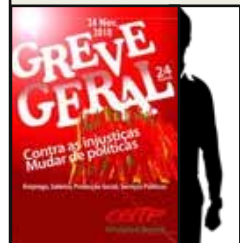
avanço da sociedade e, portanto, o sindicalismo é instrumento e campo de acção para o futuro, em particular para as gerações jovens. **Vamos transformar este trabalho pela Greve Geral num avanço da capacidade de organização** e vamos, já na preparação da greve, dar essa corda aos sapatos para que a sindicalização e a força sindical se reforcem no maior número de empresas e serviços.

Um défice de projectos políticos mais gerais

Camaradas, dizemos ainda que as condições da luta dos trabalhadores dependem da existência de projectos políticos mais gerais, e é verdade. E nós sabemos que esse é um défice actual. Muitas vezes corre-se o risco de a luta social se ir esgotando nela mesma durante uns tempos, por falta de projectos políticos que estejam credibilizados, que a sociedade assuma como projectos que possam incorporar essa dinâmica social. Mas, sabemos também,

outra coisa: é neste caldeirão social em que nos movimentamos, no qual somos actor importante, que se geram as condições para as alternativas políticas. A nossa agenda política vai pois estar bem presente nas nossas lutas próximas e em particular nesta grande Greve Geral de 24 de Novembro.

E depois, **não esqueceremos a utopia de uma sociedade sem a exploração do homem pelo homem**. Vamos trabalhar pela igualdade e pela solidariedade, pela justiça social, pela democracia, vamos dizer que é possível e indispensável encontrar alter-

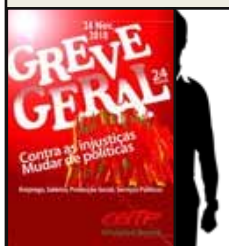


nativas. Nós não estamos condenados a viver eternamente neste sistema capitalista. Agora temos que agir nele, nestas condições concretas em que estamos. Ai de nós que não tenhamos a consciência dos nossos problemas e do sistema que está a funcionar, mas temos de ser exigentes nas nossas reivindicações, forçar reformas, sempre sem colocarmos de lado a luta por rupturas e a perspectiva de um outro sistema político mais justo. É possível uma sociedade melhor e vamos continuar a lutar por ela, apresentando essa mensagem, em particular, às jovens gerações.

Não alienamos nenhum dos direitos de participação

Camaradas, nós não alienamos nem nos alheamos de nenhum dos direitos de participação dos trabalhadores e das suas organizações. Damos a maior valorização à participação institucional porque ela é uma conquista, é um direito dos trabalhadores, não foi oferecida; podem tentar utilizá-la

Ou se dá vida contínua à participação, à acção e luta sociopolítica, ou não há continuidade dos processos no sentido do progresso



para manipular e aprisionar as organizações, mas isso é uma outra coisa. Dizia eu que não alienamos nenhum dos espaços nem das condições de intervenção, mas como herdeiros desse movimento sindical revolucionário, reivindicativo, que transforma a sociedade, nós sabemos que ou há acção, ou há interpretação dos interesses dos trabalhadores e luta por eles, ou não há sindicalismo efectivo. Sabendo que, em particular em períodos históricos como este que estamos a viver, as coisas mudam por uma intervenção

que force a convergência entre reformas e roturas, nós prosseguiremos apontando o caminho da luta aos trabalhadores. Com esta consciência: a luta nunca é definitiva e nem é sempre feita da mesma forma, mas ai dos trabalhadores ou ai dos povos que pensem que atingido um determinado patamar de consolidação dos seus direitos, ou de valores da democracia, está resolvido o problema e podem descansar ou limitar-se a seguir o poder instituído. Por isso repito que ou se dá vida contínua à participação, à acção e luta sociopolítica, ou não há continuidade dos processos no sentido do progresso. É esta mensagem também que é preciso passar aos trabalhadores e à sociedade portuguesa.

Por esta razão uma outra coisa que se nos coloca, quando dizemos que esta Greve Geral de 24 de Novembro é do interesse do país, é termos de ir para a sociedade discutir e mobilizar a sociedade. Lá está um dos outros elementos que já referi relativo à génese da CGTP: **nós agimos de dentro para fora, dos locais de trabalho para a sociedade**. Então é isso que também vos apela-

mos que façam: multiplicação de contactos, o alerta e apelo a instituições, a organizações diversas. Vamos dizer: é preciso tomarmos nas nossas mãos o destino do país, não se pode continuar pelos caminhos em que nos encontramos, porque por aí vamos para o abismo.

Camaradas, já vos referi que esta evocação dos 40 anos é uma evocação que nos obriga a um exercício de memória e estamos a tratar dele, mas obriga-nos também - e daqui para a frente, cada vez

mais, pois o 12º Congresso da Central está a aproximar-se - a uma outra coisa: **sermos muito audaciosos na discussão dos problemas do presente para projectar e construir com segurança o futuro**. Não há volta a dar, temos uma base extraordinária, muitos contributos ao longo do percurso, uma extraordinária aquisição, mas temos de tornar o presente e com muita frontalidade discutir, ver os problemas com que estamos e definir objectivos, caminhos e formas de organizar e intervir que consigam ser vitoriosos. Há grande confiança e esperança em todos vós, homens e mulheres que constituem este enorme colectivo. Com este colectivo vai ser possível confirmar e engrandecer a CGTP-IN.

O porquê das nossas opções

Agora algumas notas muito rápidas sobre aspectos que também justificam as nossas opções. A primeira é sobre a **situação política**: nós estamos numa situação muito complicada, mas essa situação tem causas e tem responsáveis. Estamos numa situação de sacrifícios injustos, de políticas que comprometem o futuro. Na fase de preparação de um Orçamento de Estado que se perspectiva como mais um rol de malfeitorias contra o povo português. Por aquilo que já se desenha, estamos também na aproximação a umas eleições presidenciais

para as quais vale a pena olhar, pois o que está em marcha é uma reeleição sem debate eleitoral típico de uma democracia. E isso é perigoso!

Em democracia uma eleição pressupõe apresentação de propostas concretas, transparência nas opções, projectos, ideias claras e muito debate. Por exemplo, vemos agora nas eleições brasileiras, onde há um Presidente da República que não pode ser candidato, mas até tem um apoio da sociedade brasileira a rondar os 80%, a vir para o terreno dis-

cutir, a polemizar, a obrigar ao confronto de projectos, a mobilizar a sociedade. Em Portugal estamos a assistir a um cenário perigoso para a democracia, porque em nome da interpretação do interesse nacional, de entendimentos e compromissos (dois palavrões frequentemente repetidos) do centrão político, anunciados desgraçadamente como a necessária e única solução para o país, surge uma pessoa, o actual Presidente da República, cujas culpas nos bloqueios do país não são pequenas, a consagrar a sua reeleição sem se sujeitar a um debate na sociedade, evitando assim que os portugueses tomem consciência da situação em que estamos e de possíveis alternativas. Tendo presente que esse entendimento e esse compromisso de que nos falam, não são mais nem menos do que a continuação e o aprofundamento das políticas que deram origem aos bloqueios do país, é caso para estarmos bem alerta e tentarmos inverter a marcha da coisa.

Nas últimas semanas, todo o cenário construído em torno da acção e da forma como agiu o Governo, o PSD e o Presidente da República, convergem. O grande centro dos interesses políticos, económicos e financeiros está por detrás deste jogo e nós temos de dizer que não é por aqui o caminho do futuro. É preciso dar sinais fortes neste sentido. As eleições presidenciais devem ser um momento de discussão, onde se apontem caminhos de rotura e onde se apontem projectos alternativos. E, depois há que ter cuidado porque, se a seguir às presidenciais dominadas por aquela estratégia, vem uma crise política como aí desenham, teremos uma grande aceleração do agravamento dos bloqueios, da “crise” em que já estamos. Ai de nós se não se cria na sociedade portuguesa capacidade para sacudir esse cenário. O processo das presidenciais será um desastre e a crise política a seguir, um desastre ainda maior.

Isto significa que também por razões políticas, há que dar “corda

aos sapatos”. Nós, CGTP-IN, não somos um partido político, mas somos no plano social uma grande força, com uma enorme responsabilidade, que pode dar um contributo positivo para evidenciar a relação entre o social e o político, contribuindo para colocar o poder económico no seu lugar. Para nós as opções políticas não são indiferentes. Por isso **temos de ser intérpretes activos dos processos políticos.**

Medidas profundamente injustas

Camaradas, este conjunto de medidas que eles agora avançam é profundamente injusto. Não vou alongar-me muito mais nas reflexões, mas chamo ainda a atenção de dois ou três aspectos. No último PEC aquilo que diz respeito a cortes e sacrifícios dos trabalhadores é tudo bem identificado, contabilizado, sabe-se como é que vai ser aplicado, eles não se esquecem. Ainda há bocadinho a Ana Avoila me mostrava uma alínea descrevendo em pormenor o conjunto das remunerações a serem consideradas para o corte nos salários dos “novos-ricos” que o Governo descobriu, os trabalhadores da Administração Pública que ganham mais de 1.500 euros. Como dizia, **em relação àquilo que é cortes para os trabalhadores eles não se esquecem da mínima coisa, mas em relação ao sector financeiro fazem uma afirmação genérica**, dizem que vão introduzir algumas medidas, não descrevendo uma única. E como nós sabemos, em regra, as exigências de sacrifícios aos ricos terminam com uma montanha a parir um rato. Será um milagre se isso não acontecer outra vez!

Neste PEC **não há nada de combate à fraude e à evasão fiscal** e, como sabemos, em nome da crise, nos dois últimos anos fugiram do Orçamento de Estado, por fraude e evasão, milhares de milhões de euros. **Não há nada de combate à economia paralela**, e pela economia paralela circulam trinta a trinta e cinco mil milhões de euros

que se fossem taxados, mesmo que em parte, resolviam muitos problemas. **Não há nada em concreto sobre as transacções financeiras.** Não há coragem de dizer nada, por exemplo, sobre as mais-valias do negócio da PT com a Vivo. Será que os tais sete mil milhões de euros vão mesmo para um paraíso fiscal e não fica um chavo de impostos neste país? Tantas fontes se podiam utilizar para, com justiça, aumentar as receitas! É possível muitas mais receitas e é possível cortar em despesas em muito lado.

Tudo o que são sacrifícios para os trabalhadores e para o povo eles concretizam, e depois ainda dizem que são corajosos. Camaradas, não são corajosos, o que fazem é vigiar o povo, roubam aquilo que é do povo em favor do capital. Isso não é coragem nenhuma! Coragem seria tomar aquelas medidas e afrontar os ricos e poderosos.

Em nome da defesa do emprego dizem-nos que não se pode aumentar os salários. E nós sabemos que isso é uma trapaça absoluta. Camaradas, a juventude, em regra, só tem trabalho precário e trabalho muito mal remunerado e a juventude tem mais formação escolar, tem mais capacidade física e disponibilidade de tempo, entretanto a juventude tem uma taxa de desemprego que é o dobro da taxa de desemprego média. Ou seja, **não é a precariedade e os baixos salários que resolvem o problema do emprego**, isso é uma fraude, uma mentira que é preciso denunciar: como é que se quer a resolução dos problemas com medidas destas?

Por um verdadeiro projecto de desenvolvimento

Temos um terceiro problema, o mais grave de todos, que é a sociedade portuguesa encaminhada para um beco por inexistência de um verdadeiro projecto de desenvolvimento. Como disse, **construiu-se um falso conceito de modernidade.** Durante décadas andou-se a fazer os trabalhadores aceitarem despedimentos, a aceitar as rescisi-

sões de contrato, a aceitar os encerramentos totais ou parciais de empresas em nome de que isso era inevitável face às mudanças, à globalização, e a outras tretas. Parecia que o sector produtivo já não tinha lugar no nosso país e que um futuro moderno era uma terciarização abstracta. Andou-se durante décadas a teorizar contra as velhas profissões, contra as carreiras profissionais, contra a necessidade de construir trajectórias profissionais, sempre para desvalorizar o trabalho e para afrontar os direitos dos trabalhadores. Andou-se durante décadas a convencer os portugueses que o consumo, o consumo desmedido, é sinónimo de modernidade. Que grande trapaça! Começou-se a não pagar os salários que eram devidos, usando e abusando da precariedade do trabalho, engajando os trabalhadores e o povo para os créditos “fáceis” e pendurou-se assim grande parte dos trabalhadores e da sociedade portuguesa nas dívidas e dependências múltiplas. E é este falso conceito de modernidade que nós também temos de combater, forçando mudanças e alternativas. Camaradas, não nos faltam razões, mas também não nos falta confiança, para encararmos o futuro com muita determinação, para continuarmos este projecto da CGTP-IN e o ampliarmos, para darmos dimensão às lutas pequeninas e grandes de todos os dias.

Nestes próximos tempos **temos de multiplicar a nossa capacidade criativa, criar uma dinâmica social forte.** Vamos, em 24 de Novembro, em favor dos interesses e direitos dos trabalhadores, em favor do povo português, em defesa dos interesses das gerações mais jovens, em favor do interesse nacional, dar a resposta necessária para sacudir esta situação que estamos a viver e para apontar as mudanças e caminhos de futuro que são necessários, realizando uma grande Greve Geral. Contamos convosco, contamos com milhões de trabalhadores portugueses para ganhar esta importante batalha. ■

Lutas na Europa



Num momento em que, por toda a Europa - e apresentadas como uma “inevitabilidade” - são impostas políticas drasticamente anti-sociais, os trabalhadores e os seus sindicatos têm vindo a reagir com importantes acções de luta, greves e manifestações.

Com expressão desigual e destaque para a França, onde se têm sucedido as greves gerais, o actual movimento de protesto, de retoma da luta social, teve significativas manifestações logo após as férias de Verão. E um ponto alto na jornada de acção europeia de 29 de Setembro.

Já no início do ano, entretanto, tinham tido lugar marcantes acções de luta, como no caso – que referimos – da Grécia.

Desse movimento – em curso – a nível europeu, aqui damos breves flashes cronológicos, de esparsas notícias que entretanto vieram a público.

10 Fevereiro

Grécia. Centenas de milhares de trabalhadores do sector público entraram em greve contra o pacote social do governo, que inclui congelamento dos salários do sector público, cortes graves nos suplementos aos salários, agravamento dos impostos, substituição de apenas um em cada cinco dos trabalhadores que deixem o serviço público, aumento da idade da reforma. A participação foi de cerca de 75%, subindo para 90% entre as maiores concentrações de trabalhadores no sector estatal. Simultaneamente realizaram-se em Atenas duas manifestações de sindicalistas e trabalhadores que reuniram, apesar das condi-

ções climáticas adversas, 15.000 trabalhadores.

Dia 24, teve lugar uma greve geral envolvendo os trabalhadores do sector público e do sector privado.

7 Setembro

Greve geral em **França**, num protesto que mobilizou 2,7 milhões de pessoas. No fulcro dos protestos – ou como “ponto de confluência” de um mais vasto descontentamento – o projecto de lei que aumenta de 60 para 62 anos a idade de reforma, com penalizações, e para 67 anos a reforma integral. Segundo sondagens então divulgadas, o apoio

popular à mobilização rondou os 70%. Mais acções de luta tiveram lugar a **15** e **23** (greve geral).

11 Setembro

Milhares de pessoas concentraram-se em Salónica, **Grécia**, contra as medidas de austeridade do governo PASOK. Centenas de camionistas participaram na manifestação e anunciaram uma nova greve por tempo indeterminado para protestar contra o projecto de lei sobre a liberalização do sector. Um apelo a uma nova greve geral foi feito pelos sindicatos.

O plano de austeridade inclui cortes de mais de 20% dos salários dos funcionários públicos, redução das pensões de reforma e aumento de impostos. O plano do governo grego para este ano é privatizar a ferrovia, a saúde, os portos, correios e serviço de distribuição de água.

29 Setembro

Greve geral em **Espanha**, no quadro da Jornada europeia de 29 de Setembro. A greve teve uma adesão global de 71,7% dos trabalhadores. O impacto fez-se sentir, em particular, em sectores como a indústria, limpeza e transportes. Dados sectoriais, divulgados pelos sindicatos, referiram que a adesão na indústria foi de 85%, na construção de 90%, na educação de 65% e na saúde de 50%.

No panfleto de convocação para a greve, a reforma laboral de Zapatero é denunciada como “uma fábrica de produzir desempregados” e aponta-se o dedo à “lamentável campanha mediática de criminalização dos desempregados(as)”.

12 Outubro

Em **França**, as greves e manifestações sucedem-se, quase ininterruptamente, ao longo do mês de Outubro. Dia **12**, as greves e manifestações mobilizaram 3,5 milhões de pessoas.

No intervalo entre as grandes ma-

nifestações, prosseguiram os protestos sectoriais nas escolas, nos transportes ferroviários e com forte incidência nas refinarias.

A Union Nationale Lycéene, citada pelo *Le Monde*, informou (14/10) que 900 dos 4302 liceus do país eram palco de acções de protesto e cerca de 500 estavam “bloqueados”.

Manifestações, nalguns casos com milhares de pessoas, como em Rennes e Toulouse – onde se concentraram entre sete mil e vinte mil manifestantes –, ocorreram em diversas cidades, a par de acções exclusivamente juvenis.

19 Outubro

Foi a sexta jornada de acção desde o início do mês, em **França** (sucendendo-se às mobilizações de 12 e 16 de Outubro). A mobilização envolveu 3,5 milhões de pessoas. As greves marcam o quotidiano do país, em particular as nos transportes e nas 12 refinarias francesas. Quase um terço das 12.500 estações de ser-

viço esperavam reabastecimento e a falta de combustíveis está a condicionar diferentes sectores. As paralisações obrigaram ao cancelamento de metade dos voos em Orly e de 30% nos outros aeroportos metropolitanos. Nos transportes terrestres, onde se vive o oitavo dia de greve, as maiores perturbações foram nos caminhos-de-ferro.

A presença dos jovens no movimento de protesto tornou-se marcante. A federação estudantil Fidl calculou em 1200 as escolas envolvidas e fixou em 850 as que pararam. Algumas universidades também aderiram. Doze das 83 votaram a favor da greve e dez não funcionaram.

“Uma verdadeira reforma para os velhos, um verdadeiro trabalho para os jovens”, era uma das palavras de ordem nas manifestações de Paris.

Os sindicatos decidiram duas novas jornadas de luta: 28 de Outubro (dois milhões de pessoas em 270 desfiles de protesto) e 6 de Novembro. ■



29 de Setembro

“Não à austeridade. Prioridade ao emprego e ao crescimento!”

Mais de 100.000 manifestantes desfilaram pelas ruas de Bruxelas, ao apelo da Confederação Europeia dos Sindicatos. Em Espanha teve lugar uma greve geral que contou com a adesão de mais de 70% dos trabalhadores.

Para além da euro-manifestação em Bruxelas, muitos milhares de trabalhadores participaram em manifestações em França, Itália, Letónia, Lituânia, República Checa, Chipre, Sérvia, Roménia, Polónia, Irlanda.

Em Portugal largos milhares de pessoas participaram nas manifestações em Lisboa e no Porto. Contra o desemprego e as injustiças, a manifestação de Lisboa juntou cerca de 50000 trabalhadores que desfilaram do Marquês de Pombal para a Assembleia da República.



Assembleia Geral de Sócios aprova por unanimidade e aclamação, adesão à greve geral

A Assembleia Geral de Sócios de dia 14 de Outubro aprovou, por unanimidade e aclamação, a adesão à Greve Geral convocada pela CGTP para dia 24 de Novembro.

Foram apresentadas a esta assembleia 3 moções (uma da direcção, uma subscrita em primeiro lugar por Francisco Santos e uma terceira por Carlos Vasconcellos). Todas preconizavam a adesão à

Greve Geral. Em reunião prévia não foi possível a sua fusão pelo que foram as três admitidas a discussão e votação.

Durante o debate ficou bem expresso o repúdio dos sócios presentes pelas medidas tomadas ou já anunciadas como o roubo dos salários, o congelamento das progressões na carreira, os aumentos dos impostos e das contribuições e o congelamento das pensões.

Antes da votação das moções, e de acordo com a metodologia acordada com os representantes



das propostas, foi posto à votação um pequeno texto cujo sentido era inequívoco - o SPGL deveria aderir à Greve Geral. Foi aprovado por todos os presentes.

As três moções apresentadas à assembleia foram depois postas à votação e aprovadas. A da direcção por unanimidade e as outras por maioria. ■

Os conselhos do Governador Carlos Costa

Joaquim Jorge Veiguiña

Recentemente surgiu no panorama político português um novo Governador (com “g” maiúsculo) com uma irreprimível tendência para candidato a “salvador da pátria” em perigo: de seu nome, Carlos Costa, Governador (sic) do Banco de Portugal (BdP).

Em entrevista ao *Público* de 2010, este personagem candidatou-se a protagonista da actual tragicomédia política nacional. Num período em que a taxa de desemprego não pára de aumentar e em que a proposta de Orçamento de Estado para 2011 combina uma política de dupla iniquidade fiscal – aumento dos impostos indirectos e aumento regressivo da carga fiscal dos impostos directos – com cortes nas prestações sociais, reduções salariais na função pública a partir de salários brutos de 1500 euros, congelamentos dos aumentos de *todas* as pensões, obrigatoriedade de um beneficiário do subsídio de desemprego retornar ao trabalho por salários mais baixos, Carlos Costa afirma que as famílias portuguesas devem poupar mais.

Estas considerações, que deviam figurar em destaque no *You Tube*, demonstram que o Governador Carlos Costa vive provavelmente noutro país: Como é possível fazer um apelo à poupança – virtude estéril por excelência, como demonstrou o economista John Maynard Keynes – se a grande maioria das famílias portuguesas, mesmo cortando em despesas menos essenciais, chega ao fim do mês sem nenhuma possibilidade objectiva de constituir um magro pecúlio para as situações imprevistas do futuro? Ignora o Governador Carlos Costa que 11,8% da população portuguesa, em 2008, vivia numa situação de pobreza, só sendo ultrapassada neste indicador pela Roménia e pela Grécia? Não sabe que cerca de 40% da população do país cairia abaixo da linha

de pobreza, se não recebesse as prestações sociais a que tem direito, e que agora vão sofrer cortes significativos? Esquece-se que a poupança não se transforma automaticamente em investimento, mas é, pelo contrário, o investimento criador de emprego que proporciona o aumento dos rendimentos do trabalho e, conseqüentemente, gera mais poupança?

O Governador Carlos Costa não se limita a emitir opiniões sobre temas da sua especialidade – ninguém pode privá-lo deste direito constitucionalmente consagrado –, mas pretende ir mais longe, pois tenta converter as suas opiniões privadas em recomendações políticas que visam comprometer o Executivo. Antes de tudo, apela a um “consenso político alargado” com o objectivo de estabelecer tectos nominais à despesa pública e de criar as condições para uma orçamentação plurianual de seis anos que, tendo em conta o seu sistema referência, serão provavelmente mais seis anos de cortes na despesa e nos investimentos sociais para “estimular” a poupança nas administrações públicas. Carlos Costa não está, porém, completamente satisfeito. De facto, pretende ainda que as suas “recomendações” se tornem vinculativas, não hesitando em propor a instituição de uma “agência independente” para controlar o andamento das contas públicas. A Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO), que funciona na Assembleia da República, não lhe garante os requisitos de independência que tem em mente, pois é de nomeação política. Carlos Costa recomenda que esta seja constituída por “técnicos” escolhidos através de concurso pela “administração da Assembleia da República”. Em primeiro lugar, a Assembleia da República é o órgão representativo, eleito por sufrágio universal de todos os cidadãos portugueses maiores de 18 anos, e não um “conselho de administração” de um banco. Em segundo lugar, as

questões relacionadas com o orçamento de Estado são questões de relevância política estratégica, não podendo ser decididas por “técnicos” pretensamente independentes que, como demonstra o caso do Banco Central Europeu, tendem a impor medidas bloqueadoras do investimento e do emprego em nome de políticas monetaristas centradas em taxas de juro e de câmbio relativamente elevadas.

Carlos Costa e o seu BdP pretendem também fazer doutrina. No boletim económico de Outono desta instituição é desenvolvida a tese de que os trabalhadores portugueses, e particularmente os funcionários públicos, ganham excessivamente se tivermos em conta a sua baixa produtividade. Certamente que, considerando a França como base 100, a produtividade do trabalho em Portugal situa-se em 43,4. No entanto, verificamos que, ao contrário do que defende o relatório de tão respeitável instituição, a diferença salarial dos trabalhadores portugueses é muito maior do que a sua diferença de produtividade: 29 contra 100 da França e 99 da Europa (Fonte: *Alternatives Économiques*, Paris, Outubro 2010, pp. 10-12). Mas isto significa que a baixa produtividade dos trabalhadores portugueses depende de outras causas: sobretudo de um modelo de produção que continua a apostar nos baixos salários e nas reduzidas qualificações da força de trabalho. E certamente não será com políticas que pretendem reduzir ainda mais os salários nominais tanto na função pública como no sector privado que o “défice” da produtividade da força de trabalho portuguesa relativamente à europeia se atenuará. Mas esta verdade inconveniente ultrapassa os limitados horizontes doutrinários de Carlos Costa e dos seus colegas do BdP. ■



Orquestra Geração

Pela música é que vamos

“Isto não é propriamente um projecto exclusivamente musical. É um projecto de interculturalidade e integração”. Uma ideia de fundo, que perpassa toda a conversa, com Wagner Diniz e Helena Lima, na Escola de Música do Conservatório Nacional, em torno de um projecto de que são promotores e responsáveis. “Uma ideia que surgiu de uma conversa muito simples”, que já deu provas e envolve hoje cerca de mil crianças e 17 escolas espalhadas pelo país: a Orquestra Geração.

“**A** ideia surgiu de uma conversa muito simples”, lembra Wagner Diniz, adjunto da direcção da Escola de Música do Conservatório Nacional para o desenvolvimento da Orquestra Geração.

Jorge Miranda, que dirige o Departamento de Educação e Cultura da Câmara Municipal da Amadora, lançou o desafio de integrar uma componente musical num projecto de integração social que a Escola Miguel Torga estava a desenvolver, com o apoio da Gulbenkian. “E eu, lembrei-me do que se fazia na Venezuela – porque, quando estive a estudar no estrangeiro, alguns colegas venezuelanos falaram-me de *El Sistema* (*Sistema Nacional de las Orquestas Sinfónicas Juveniles e Infantiles de Venezuela*). E sugeri – vamos avançar com isso”. Foi assim que, em 2007, foi criado o pri-

meiro núcleo da *Orquestra Geração*. Na Escola Miguel Torga, na Amadora, com 15 miúdos.

O eterno problema da estabilidade e dos financiamentos

“Ao fim dos dois primeiros anos lectivos, começaram já a desenhar-se as diversas possibilidades de apoio ao projecto. Ou seja: primeiro, autarquias; depois, instituição sem fins lucrativos, fundações – como é o caso da Gulbenkian; e, terceiro, empresas”, assinala Wagner Diniz, numa breve descrição da evolução do projecto. Entretanto, a necessidade sentida de uma maior estabilidade leva os promotores da Orquestra Geração a tentarem o apoio do Ministério da Educação.

Inicialmente, sem qualquer resposta. Finalmente, lembra Wagner Diniz, “tivemos uma reunião e o Ministério comprometeu-se a pagar a todos os professores contratados através de uma escola voca-

cional de música da região. Ou seja – em Lisboa seria o Conservatório Nacional. Em Coimbra – esperamos que para o próximo ano – será o Conservatório de Coimbra. O que eu sugeri é: convém que sejam as escolas vocacionais de música a contratar, e não a escola básica onde nós intervimos, porque somos nós que temos o *know-how* a nível musical”. E, acrescenta, “há sempre confusões. Porque nos querem integrar no modelo de como funciona o ensino em geral. E há realmente algumas coisas diferentes. Por exemplo, na música, há ensino individual”. Atingiu-se assim uma fase “em que já tínhamos garantidos alguns parâmetros” essenciais.

Mas outras questões vão surgindo. A exigir resposta.

Antes do mais, “agora toda a gente quer o projecto, mas não há capacidade de resposta”. Pelo que, a opção dos promotores do projecto é ir para outras zonas do país. Por exemplo: “para o ano, vamos



avançar em Coimbra. O Ministério já autorizou a contratar para Coimbra. E aí é mais fácil arranjar professores. E temos – exclusivamente pago pela Fundação EDP – uma escola em Amarante e uma escola em Mirandela, onde vão começar também actividades”.

Outra questão – fundamental – é a criação de uma estrutura que garanta apoio e coordenação. “Para nós, o que era importante é que se constituísse, na órbita do Ministério da Educação, um tipo de Fundação ou de Instituto, extremamente ligeiro e leve, que assegurasse a parte do garante pedagógico, apostasse na formação, garantisse estabilidade”.

“Nós não podemos continuar a dirigir isto, entre nós, com apenas quatro pessoas. Quando já são mil alunos envolvidos no projecto. Setenta professores, só em Lisboa. Tem que haver pelo menos uma estrutura que garanta um determinado apoio”, afirma Wagner Diniz.

E sublinha: “tem que haver uma opção política”. Comentando: “Já que o projecto teve o Prémio Nacional dos Professores para a Inovação – para mim quer dizer qualquer coisa. Se seleccionaram, tem que haver uma certa coerência. E, então, apoiar. Se não – deram o prémio por mero capricho”.

Entre o funaná e a música clássica

“O multiculturalismo existe. Mesmo havendo quem não queira. E nós também apostamos nisso”, diz Wagner Diniz. “Já fizemos a estreia com uma morna da Cesária Évora. Foi um sucesso! E agora vamos fazer arranjos de funanás e também

música cigana. Tendo sempre em conta o papel importante que a música clássica tem na estruturação”.

Mas sem esquecer a comunidade a que se dirigem. “E se eu não aceito a cultura dos outros, eles também podem dizer-me que não aceitam a minha”.

“Nós temos que conquistar, não apenas os pais, mas as comunidades” em que as escolas se inserem. E, nesse sentido, “a estratégia tinha que ser, obrigatoriamente, tocar uma música que eles entendessem, que ouvissem em casa”.

Por isso, “fomos por essa via e vamos continuar por essa via”.

Helena Lima, coordenadora pedagógico-executiva da *Orquestra Geração*, explica, em palavras claras e entusiásticas, a importância do trabalho numa orquestra. “O trabalhar numa orquestra é trabalhar numa comunidade, em que tem que se respeitar também hierarquias. Em que se tem que respeitar os outros. Desenvolver competências de socialização extremamente fortes. De inter-cooperação. Porque não é possível estar-se a tocar e não se conseguir ouvir os outros colegas e respeitar os seus tempos, respeitar o momento de entrada certa, conseguir ter, no fundo, uma concentração muito mais apurada.

“E nós vemos todos que a música desenvolve estas competências. Que depois também são úteis nas outras disciplinas. E na vida em geral.

“Daí essa grande mais-valia. O aluno não vai estudar um instrumento e estar isoladamente com o seu professor durante a semana e faz uma aula de conjunto. Não. O grande envolvimento é no concerto.

Porque ele tem meia hora individual. Às vezes uma hora, quando são dois. Também para prolongar um pouco mais o trabalho só sobre o instrumento. E depois há mais 5 horas de trabalho em conjunto. Portanto, ele entremeia uma hora de conhecimento do instrumento, em que está com o professor, ou com mais um colega, na sala de aula. E depois está mais duas horas por semana com o seu grupo de instrumentos – os violinos, as violas, violoncelos, flautas, por aí fora. E depois tem mais três horas de trabalho em orquestra”.

Portanto, “o trabalho de conjunto é o fulcro do projecto”, conclui.

Avaliação precisa-se

“Por mim, eu posso dizer que estou muito contente. Porque ao fim de um ou dois anos houve uma série de miúdos que vieram para o Conservatório. Fico muito contente de ver os miúdos de Camarate, Sacavém e Apelação, que, quando se juntam, estão de bem uns com os outros, e conseguem estar uma semana, 24 horas por dia, sem haver problemas. Para mim isso é um aspecto importante. Mas não é uma análise científica”, comenta Wagner Diniz, sublinhando a importância, a urgência mesmo, de uma avaliação do projecto em curso.

Também para Helena Lima, é tempo de avaliar o trabalho feito. “Acho que os indicadores que nós temos são indicadores de sucesso. Mas não temos dados estatísticos. Um indicador importante é os miúdos começarem a ver a orquestra como um espaço onde se sentem bem”.

Mas importa “fazer um levantamento estatístico do percurso do aluno ao longo do tempo em que ele se mantém na orquestra, quais as suas notas”.

Estamos a precisar de fazer uma investigação séria, afirma Helena Lima. “Com instituições que se interessem pelo projecto, universidades que queiram fazer um estudo. Nós já tivemos uma investigadora que faz um mestrado no ISCTE, que começou a desenvolver um projecto de investigação. Soubemos do interesse da Universidade Católica do Porto”.

Sublinha, entretanto, “que isto são processos lentos. Não são processos que se consigam num ou dois anos”.

Relação com as escolas “O balanço geral é bom”

No que respeita à relação entre o projecto e as escolas, “o balanço geral é bom”. É a síntese de Wagner Diniz. “Só que há casos e casos”, acrescenta.

“Geralmente, quando a direcção da escola é uma direcção empenhada e plena de outras iniciativas, a nossa relação é excelente. Como há várias. Escolas que até podem ser problemáticas. Onde o projecto até demora mais tempo a implantar-se. Mas vê-se que há, da parte das direcções, um interesse muito grande em continuar a apoiar. Respeitando cada um a sua órbita de influência, a sua responsabilidade”. Mas nem sempre as coisas correm tão bem.

Em escolas mais difíceis, em que há mais problemas, em que a direcção não é tão coesa, “às vezes temos algumas dificuldades de compreensão, porque geralmente essas escolas têm tendência a querer ser elas a mandar. Numa esfera em que em princípio não terão, compreensivelmente, competência para o fazer”.

E Wagner Diniz especifica: “Preocupam-se em ter as coisas certinhas.

E o nosso método não pode ser um método certinho. Uma das suas grandes vantagens é não ser integrado, nem articulado. É livre. Por isso pude chegar à Apelação e, em vez de utilizar a chapa 3, vi que não podia juntar mais de 10 miúdos de cada vez e então comecei a dar aulas por grupos de 5. E fui juntando a pouco e pouco. Quando, nas outras escolas, não. Por vezes há direcções que, como estão habituadas ao funcionamento por turmas, isto causa alguma confusão”. No fundo, a questão que se coloca é:

quem é que manda dentro da escola. “Não é nossa intenção mandar na escola. Agora, em termos pedagógicos, no nosso projecto mandamos nós. Sempre com informação e conhecimento da escola”.

Mas isso tem que estar definido. “Quando isto está claro, o relacionamento é magnífico. Porque nós nunca negamos à escola a presença da orquestra nas suas apresentações, nos seus trabalhos. Porque também sabemos que a orquestra faz parte do trabalho pedagógico da própria escola. Nós estamos ali para fornecer uma coisa extra. E é do nosso interesse integrarmo-nos bem na comunidade escolar”.

Perspectivas Chegou a altura de unirmos forças

Falar de perspectivas em tempos de crise é um desafio. Mas um desafio a que os promotores da *Orquestra Geração* lutam por dar uma resposta positiva.

“Orquestra Geraçozinha”, orquestras regionais, nacionais, europeias. São múltiplos os projectos. Utópicos. Muito utópicos. Mas para que “já começamos

A preparação em curso inclui “chamar cá os iniciadores deste projecto e também de um outro - da Escócia - *Construa o seu instrumento*. Em que as criancinhas constroem o respectivo instrumento. Dão-lhes o material (cartão). Explicam. E, no fim do ano, os miúdos trocam o seu instrumento de cartão por um instrumento verdadeiro”.

“Vão tendo assim iniciação musical. Vão tendo essa relação com os instrumentos, através dos instrumentos de cartão”, explicita Helena Lima.

A ideia de orquestrar regionais deriva da própria lógica da sua implantação nas comunidades. Sendo a orquestra nacional o culminar da generalização desse processo.

Mas os promotores da Orquestra Geração querem ir mais longe. Dar o salto para uma orquestra a nível europeu. E já estão a trabalhar nesse sentido. Porque, neste momento de crise que se vive na Europa, é importante “combatemos discursos como o da chanceler alemã” quando diz que o multiculturalismo falhou. E fazê-lo, nas palavras de Wagner Diniz, a nível de uma orquestra de uma nova Europa,



a trabalhar”.

O “Geraçozinha” – uma orquestra dos 3 aos 6 anos – está ainda numa fase de preparação. Mas ideias não faltam.

“É um projecto muito interessante”, considera Wagner Diniz. As crianças “não começam logo com instrumentos. Começam com outras actividades. E aí os pais é que vão assistir às aulas. Para apoiar os alunos. O que é também uma forma de maior integração dos pais no projecto”.

com base em projectos de cariz social que incluam também a música. “Contra-por à orquestra de jovens da União Europeia, ou à orquestra do barroco da União Europeia, a orquestra da integração ou da interculturalidade da Europa”.

Porque a Europa é hoje multicultural. E, com base em projectos sociais que há pelo continente, “chegou a altura de nós unirmos as forças”. ■

Os primeiros passos

Helena Lima

Coordenadora pedagógico-executiva da Orquestra Geração

A Orquestra Geração surgiu em 2007 por iniciativa conjunta da Escola de Música do Conservatório Nacional, Câmara Municipal da Amadora e Fundação Calouste Gulbenkian, com o apoio do programa EQUAL (Fundo Social Europeu). Em Novembro desse ano foi criado o primeiro núcleo, na Escola Miguel Torga, na Amadora, tendo tido desde 2008 o apoio da Fundação EDP no que à aquisição de instrumentos respeita.

Em Janeiro de 2008 juntou-se o Agrupamento de Escolas de Vialonga, com o apoio do Ministério da Educação, Câmara de Vila Franca de Xira e a empresa Central de Cervejas e no ano lectivo 2008/2009, com o apoio do Grupo Charrmartín, surgiu o terceiro núcleo, na Associação Unidos de Cabo Verde, Amadora. **No ano lectivo de 2009/2010** foi dado um passo fundamental para uma maior estabilidade no desenrolar do processo, com o apoio do Ministério da Educação, que permitiu a contratação dos professores dos vários núcleos, a saber dez na área metropolitana de Lisboa. Para este alargamento contribuiu igualmente a candidatura lançada pela Área Metropolitana de Lisboa a fundos comunitários, tendo sido abrangidos seis municípios (Amadora, Loures, Oeiras, Sesimbra, Sintra e Vila Franca de Xira) e ainda o programa do Ministério da Administração Interna e Governo Civil em conjunto com a Fundação Portugal Telecom (Orquestra Geração – Bora Nessa), também no concelho de Loures. Foi ainda lançado um outro núcleo no norte do país, nomeadamente em Amarante, sendo toda a parte financeira custeada pela Fundação EDP, sob a responsabilidade do Centro Cultural de Amarante e o apoio pedagógico da Escola de Música do Conservatório Nacional.

Às 600 crianças que no ano de 2009/2010 frequentaram o projecto, juntam-se mais cerca de uma centena e meia em 2010/2011, com o alargamento aos instrumentos de sopros (à excepção das escolas Miguel Torga e Agrupamen-



to de Escolas de Vialonga que desde 2008/2009 iniciaram os sopros e no ano seguinte a percussão) e a abertura de dois novos núcleos em Lisboa (nos bairros da Ajuda e da Boavista), com financiamento da Câmara Municipal de Lisboa. Está igualmente a dar os primeiros passos um núcleo em Mirandela (exclusivamente com apoio da Fundação EDP e sob a responsabilidade da Escola Profissional de Música de Mirandela) e ainda o alargamento a Coimbra, aqui sob a responsabilidade pedagógica do respectivo Conservatório Regional. ■

Objectivos

As grandes metrópoles, palcos privilegiados de fortes e estimulantes contactos multiculturais, são igualmente cenário de clivagens sociais e culturais, motivadas por desigualdades económicas, migração clandestina, fraca escolarização, abandono escolar e desinserção social entre outros aspectos. Promover entre camadas mais jovens das populações um sentimento de pertença à comunidade escolar, através do envolvimento em projectos estimulan-

tes e desafiadores, contribuirá para a fixação dos jovens à escola, rompendo com os círculos de exclusão provocados por meios economicamente deficitários e para uma imagem mais positiva da própria escola na representação mental das populações.

A Orquestra Geração foca assim a sua acção na integração social através da Música, destinando-se prioritariamente a crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade educativa e social, implementando um programa de desenvolvimento de orquestras infantis e juvenis em escolas oficiais de ensino regular, particularmente naquelas onde o abandono escolar e os problemas de convivência multicultural são mais sensíveis. Tendo como enfoque prioritário o colectivo, de forma a criar uma forte apetência pelo trabalho em equipa onde valores como a cooperação, o rigor e o esforço, o respeito pelo outro e a empatia são essenciais, a Orquestra Geração visa aumentar a auto-estima das crianças e dos jovens, alargar os seus horizontes – vivências, culturais, sociais, profissionais, relacionais -, criando laços de maior afectividade à escola, lutando contra o abandono escolar e contribuindo para a integração e mobilidade social. ■

Dia Mundial dos Professores

“A mudança começa na Escola, com os Professores!”

A escola vale a pena. A educação pode mesmo ser geradora de mudanças. Apesar da crise. Apesar da violenta ofensiva neo-liberal contra o ensino público. Este, de algum modo, o mote que perpassou a sessão promovida pela FENPROF para assinalar o Dia Mundial dos Professores e que decorreu no auditório da Escola Secundária Luís de Camões, em Lisboa, com o lema “A mudança começa na Escola, com os Professores!”

Uma iniciativa que encerrou com uma significativa afirmação de esperança no futuro, de Mário Nogueira – “Se não for por nós construído, ninguém no-lo oferecerá”. E a canção de resistência – “Eles não sabem que o sonho...”, interpretada por Manuel Freire.

A iniciativa que assinalou esta primeira jornada comemorativa do Dia Mundial dos Professores desdobrou-se em dois painéis. Um primeiro, moderado por João Cunha Serra (Dirigente da FENPROF), que contou com a participação de Ana Maria Bettencourt (CNE) e Rui Canário (Instituto da Educação da Universidade de Lisboa). E um segundo, moderado por Manuela Mendonça (Dirigente da FENPROF), com dois convidados estrangeiros: André Robert (França, investigador e docente universitário) e Luís Iglésias (Espanha, FECCOO).



A escola vale a pena

“Não há liberdade sem educação”. Uma ideia defendida por Ana Maria Bettencourt e que, de per si, é uma afirmação clara da importância de escola. Marcada pelo grande atraso imposto pelos “anos negros da ditadura”, a escola vive hoje, em Portugal, uma situação difícil (destacando-se, por exemplo, o abandono escolar e a repetência). Mas registou uma grande evolução. Evolução – “produto do trabalho dos professores” – e que a oradora ilustrou, nomeadamente, com gráficos referentes ao pré-escolar e à relação desempenho – *background* socioeconómico, em que Portugal (segundo dados da OCDE), apesar dos muitos problemas que é essencial não escamotear, se encontra “na linha de água” (ainda que “do lado mau”). Num quadro em que significativamente se destacam, pelas maiores desigualdades, os países em que se aposta na divisão precoce dos alunos. “Estar umas horas num Conselho Execu-

tivo de uma escola TEIP é uma experiência significativa”, comentou Ana Bettencourt, realçando, quer as dimensões externas à escola – “somos uma sociedade de imigrantes” –, quer a importância da valorização do esforço dos professores – “que se mostre melhor o que os professores fazem, que se divulgue o bom trabalho”. E questionou: “o que é uma boa escola?”. Comentando que os “*rankings enganam muito*”.

Como desafios para o país, a oradora destacou, em particular: valorizar o que já foi feito, valorizar os professores, afirmar a responsabilidade social, criar mecanismos de apoio ao primeiro sinal de dificuldade, recuperar níveis de escolaridade da população adulta, criar estabilidade nas políticas educativas, sustentar o desenvolvimento da educação (“mais importante ainda em momentos de crise”), apostar numa maior igualdade de oportunidades.

Para dar resposta a tais desafios, Ana



Bettencourt referiu três níveis de intervenção: ao nível da decisão política; da direcção das escolas; dos professores. E defendeu a escola como “organização aprendente”, espaços de “reflexão e de formação”.

O homem não copia, cria

“Crescíamos por dentro”, comentou Rui Canário, numa intervenção em que começou por lembrar o exemplo, a recordação pessoal, de um bom professor. Mário Dionísio, um “enunciador de dúvidas e demolidor de banalidades”, nas palavras de Mário Carvalho.

Sublinhando que “o homem não copia, cria”, o orador lembrou que aprender e ensinar são duas faces da mesma moeda. “Enfado ou prazer” é o problema essencial do ensino, frisou.

Num momento em que os professores e a escola vivem tempos difíceis, Rui Canário enumerou três grandes desafios políticos (não apenas para Portugal, mas para a Europa).

Construir uma profissão com futuro. O que envolve superar a contradição entre a retórica da valorização dos docentes e as difíceis condições (de sofrimento, mesmo) em que se desenvolve o seu trabalho.

Construir uma escola de massas. Dando resposta adequada (sem fragmentação nem hierarquizações) à sua “invasão” pelos problemas sociais.

Reforçar o profissionalismo dos professores. Com autonomia. Com auto-regulação. Com tempo - para pensar, para reflectir, para preparar aulas.

Contra a escola neo-liberal, resistir

André Robert, investigador e docente da Universidade de Lyon, desenvolveu a sua intervenção em três pontos distintos e interligados: a história da instituição escolar em França, as orientações actuais e a necessidade de resistir (e como resistir) à ofensiva neo-liberal.

Numa retrospectiva da educação em França desde o pós-guerra, o investigador francês indicou três etapas. De uma primeira fase de avanços no sistema educativo às incertezas e paradoxos que caracterizaram o período entre 1975 e a era Sarkozy. E, a partir de 2007, com Sarkozy no poder, a imposição de facto do modelo neo-liberal.

Em causa está “o instalar nas consciências”, também na e através da escola, do modelo empresarial. E a transformação das universidades em “laboratórios” ao serviço do neo-liberalismo.

Contra esta realidade sociopolítica, contra a redução de verbas e as privatizações em curso no sistema de ensino, a resposta dos professores franceses é a resistência. Integrando-se e participando no amplo movimento social que se vem desenvolvendo em França. E batendo-se, como alternativa, por uma escola criativa e democrática.

Há que mudar a vida

“Muitas vezes falamos de números e esquecemos o essencial”, frisou Luís Iglésias, da FECCOO. E a educação é o mais importante, o mais valioso. “Tão valiosos que pode gerar mudanças”.

Uma ideia que, como lembrou o dirigente das *Comisiones Obreras* (e professor de Filosofia), já Platão defendera, alertando para que “o que recebe o conhecimento leva-o inevitavelmente na sua própria alma”.

Entretanto, a realidade de hoje, em Espanha como na generalidade da Europa, é de contradições óbvias “entre o que se põe no papel e o que se concretiza”. É de ataque cerrado ao ensino público: já há turmas com 37 alunos, em muitos municípios a contratação de professores é feita através de empresas, a externalização dos serviços é prática corrente. E novos ataques se perfilam, com o possível aumento da idade da reforma para os 67 nos, congelamento e redução salarial, um claro desinvestimento na formação

de professores.

Ao arripio destas políticas, as propostas da FECCOO vão no sentido do desenvolvimento da dimensão social da educação e da participação da comunidade educativa, planos de promoção de novas tecnologias e de formação em idiomas comunitários, planos de apoio ao sucesso escolar e pela formação profissional, valorização dos profissionais da educação, financiamento adequado do sistema educativo.

“Lutar pelo ensino público é lutar pela mudança social”, afirmou Luís Iglésias, que citou Saramago: “(...) não nos damos conta de que tudo se pode mudar. Há que mudar a vida. Se não mudarmos de vida, não mudaremos a vida”.

A concluir, o dirigente sindical defendeu a escola pública como “uma conquista civilizacional”.

A luta está aí

Na intervenção de encerramento [disponível em www.fenprof.pt], Mário Nogueira lembrou as recomendações da OIT e da UNESCO, relativas ao Estatuto dos Professores, de meados do século passado. Para questionar: “estariam loucos os deuses que escreveram tal Recomendação em meados do século passado?! Responder-se-á que não. Que loucos estarão os demónios que, no final da primeira década do século XXI, tanto atentam contra os direitos sócio-profissionais dos professores e dos educadores”.

Face às políticas actuais, o secretário-geral da FENPROF convocou à luta, à participação das diversas iniciativas e acções em curso e preparação. E frisou que “Lutar por boas condições de trabalho, pela qualidade da Educação, pelo reforço da Escola Pública, pela dignificação e valorização da profissão de Professor é um dever patriótico e uma afirmação de cidadania”. ■



José Salvado Sampaio

Homenagem ao homem e ao pedagogo

A homenagem a José Salvado Sampaio, “O homem e o pedagogo”, a 16 de Outubro, no Fundão, foi mais um momento das comemorações, pela FENPROF, do Dia Mundial dos Professores. Um momento em que se falou da importância da escola pública democrática e se sublinhou a necessidade de recuperação das memórias como lições para o presente, no desbravar de caminhos do futuro.



É tempo de exercício de memória, num momento em que nos vendem retrocessos como se de avanços se tratasse, sublinhou Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP, no primeiro dos dois painéis em que a homenagem se desdobrou.

Lembrando o exemplo de Salvado Sampaio como “cidadão pleno com voz ideológica”, Carvalho da Silva frisou que “é preciso trabalhar para que a desmotivação se transforme em protesto, em exigência”. E concluiu: “temos que agir”. Salvado Sampaio estaria feliz se pudesse ver a “construção unitária” actualmente em curso e um processo de “luta não egoísta”, também em favor dos interesses e direitos do povo, em favor das novas gerações.

“Falamos sempre dele no presente”, afirmou António Teodoro, da Universidade Lusófona, ex-secretário-geral da FENPROF, recordando o homenageado como um dos seus mestres.

António Teodoro lembrou momentos marcantes da história do pós-25 de

Abril, as transformações implementadas na então escola primária. Momentos em que Salvado Sampaio “teve oportunidade de construir aquilo em que ele acreditava”, passar “da crítica à transformação”.

Partindo de uma herança terrível – 37% das crianças reprovavam na primeira classe – Salvado Sampaio agiu em três planos: nas condições sociais (com o suplemento alimentar), na mudança de conteúdos do ensino e institucionalização das duas fases, no lançamento do pré-escolar, apoiando-se nos movimentos populares e IPSS.

O painel foi encerrado por Fernando Paulouro, director do “Jornal do Fundão”. Seguindo-se uma bem construída exposição em que se destaca a grande actualidade das ideias e escritos do homenageado.

Almerindo Janela Afonso, da Universidade do Minho, abriu o segundo painel com uma intervenção sobre os constrangimentos e desafios à escola pública, hoje.

O interveniente sublinhou que, face

aos diversos factores de crise, que estão muito para além da escola, “é essencial ter consciência crítica”. Ao nível da escola, da comunidade, do país, deste mundo globalizado.

Numa escola que “tem cada vez mais missões e menos recursos”, lembrou as considerações de Nóvoa sobre a necessidade do “retorno ao essencial”. E sublinhou a importância da qualidade (quando há quem pretenda que a democracia é incompatível com a qualidade científica), nas suas três dimensões: científica, pedagógica e democrática.

Conclui, frisando ser hoje uma questão central o como lidar com o agravamento das desigualdades. Numa escola que se deve afirmar como construtora de cidadania.

A concluir, Mário Nogueira, secretário-geral da FENPROF, denunciou as políticas que estão a ser implementadas pelo governo, o ataque intenso aos serviços públicos, os desafios que se colocam à escola. Concluindo com um apelo à luta. ■

Rogério Fernandes homenageado na Universidade de Lisboa



António Avelãs
Presidente do SPGL

No passado dia 12 de Outubro, o Rogério faria 77 anos. A morte, porém, apanhou-o uns meses antes, a 4 de Março. Nesse mesmo dia em que faria anos, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Universidade de Lisboa e a Universidade Lusófona, algumas das entidades com quem Rogério de Fernandes trabalhou, promoveram uma justa homenagem a que compareceram muitos dos seus amigos. Porque, como mais uma vez se viu, o Rogério tinha bons amigos em muitas áreas: nas ciências da educação, na história e na filosofia, na política, no sindicalismo, no prazer de viver...

Nesta sessão de homenagem, além das entidades que a promoveram, estiveram também presentes representantes das universidades de Espanha e do Brasil, através de docentes com quem o Rogério trabalhava.

Simultaneamente esteve patente uma exposição da sua vida e obra. Uma exposição que nos permitiu perceber as múltiplas facetas deste “homem de primeira apanha”. Recordámos a sua faceta de jornalista (na República e na Capital), surpreendemo-nos ao saber que escrevera e editara poemas, revisitámos os seus contributos para a democratização do ensino enquanto director-geral do Ensino Básico (e tornou-se-nos ainda mais aguda a mesquinhez do seu saneamento político), imaginámo-lo na Assembleia da República como deputado do PCP e, sobretudo, pudemos ter uma visão do seu enorme labor enquanto professor, pensador crítico e nome primeiro nos estudos da História da Educação e do pensamento pedagógico. ■

“Homenagear Rogério Fernandes é, para nós, cidadãos a viver em democracia e historiadores da educação, um dever de memória, pois a sua vida, como obra acabada, sintetiza as dificuldades, os silenciamentos, os recuos e as conquistas da sociedade portuguesa. Vemos nele a alegria do nosso melhor esforço, a força do saber resistir às tibiezas da mediocridade e a coragem de lutar pelo sonho” (Margarida Louro Felgueiras, professora da Universidade do Porto)

“No meu Bairro, aconteceu...”

“No meu Bairro, aconteceu...” – da autoria de Fátima Éffe, socióloga, e com ilustrações de Fernando Ferreira - é um pequeno livro, que conta histórias e tem uma história.



A história que nos conta é a de um bairro em mudança. Uma história que “se vai compondo a partir das descobertas de três personagens”. A partir de um conjunto de perguntas, um conjunto de pistas que, nomeadamente, “são dadas através de fotografias”.

É, nas palavras da autora - em breve conversa na escola nova do Bairro Padre Cruz - um livro para ser lido entre pais, avós e netos. Virado para as pessoas do bairro. “E que também fornecesse aos professores, que são pessoas de fora, informações sobre a história do bairro”. Porque há nele “todo um espólio recolhido que permite que, quando a pessoa entra aqui, perceba um pouco da história que o bairro já viveu e da iminência da transformação que vai ocorrer”.

Quanto à **história do próprio livro**. “No meu Bairro, aconteceu...”, foi construído em pouco mais de um mês, e fundamentalmente destinado às crianças da escola nova. Mas não partiu do nada. Baseia-se num trabalho de maior fôlego, dirigido ao público amplo, “que conta a história do Bairro Padre Cruz, incluindo e incorporando a voz dos sujeitos dessa história”.

Ambas as obras têm uma preocupação de fundo. E não é por acaso que este livrinho está construído com base em perguntas.

Porque, como diz Fátima Éffe, “o bairro Padre Cruz tem uma identidade muito própria. Mas há várias leituras dessa identidade. Tanto sabemos que é um bairro – pelo exterior – estigmatizado, quanto vemos, pelo interior, que ele não é estigmatizado. Os moradores não acham que seja um bairro problemático. E têm muito orgulho no seu bairro. E, portanto, esta dissonância de vozes, foi a primeira interrogação. Então eu tenho que olhar para o bairro fazendo perguntas.” E o livrinho é recheado de histórias e depoimentos, que são formas de resposta a essas perguntas. Deixando outras tantas no ar.

A não perder. ■



*José António Nogueira
de Andrade Roque*

O Chefe Roque deixou-nos no passado dia 15 de Outubro

José António Nogueira de Andrade Roque, Chefe de Serviços do SPGL – o Chefe Roque, como o conhecíamos e tratávamos – deixou-nos no passado dia 15 de Outubro, vítima de uma doença insistente e prolongada que enfrentou corajosamente, muitas vezes até com ironia, sempre com a esperança de conseguir sobreviver-lhe.

Trabalhador do SPGL desde 3 de Novembro de 1976, o nosso muito querido José Roque foi exemplar em todos os domínios da sua actividade, com particular destaque no relacionamento com os seus colegas e com os dirigentes do SPGL, assumindo-o sempre como uma referência do movimento sindical, que importa prestigiar e afirmar, cada vez mais e melhor.

Entre as suas funções, ocupava-se também dos seguros de saúde e da marcação de viagens dos nossos associados, com a mesma entrega com que tratava de tudo o que dele dependia no Sindicato.

Chegava ao SPGL por volta das oito horas da manhã porque considerava que deveria ser o primeiro a entrar. A partir dessa hora, apesar do seu horário de referência ser outro, estava desde logo disponível para os colegas que iam aparecendo. Quando chegavam os mais madrugadores, subiam logo ao 2º andar e entravam no gabinete do Roque sem bater à porta porque ela estava sempre aberta. Este hábito percorreu-nos a todos, para conversarmos um pouco com ele e desse modo

beneficiarmos da sua afável boa disposição e inteligência. Antes das nove horas, lá estavam o Chefe Roque, o Délio, o Zé Roque, do serviço de expedição, o Vítor e os que entretanto iam chegando.

O Roque era um conversador nato, com elevado sentido de humor e estima pelo próximo. Não misturava trabalho com amizade e não prejudicava o primeiro em nenhuma circunstância. Sabia, como ninguém, como evitar conflitos, mesmo quando alguém os procurava. Quando tinha de ser mais veemente, fazia-o com extrema elegância, correcção e delicadeza, frequentemente com a mão no ombro do interlocutor e de olhos nos olhos.

Enquanto esteve de baixa se alguém distraidamente fechava a porta do seu gabinete, havia sempre quem a abrisse pouco depois porque ela tinha sempre a chave do lado de fora, convidando-nos a fazê-lo. Era assim que a queríamos ver porque, para o Chefe Roque, esta era também uma marca de afecto e de proximidade, facilitadora de diálogo, do cumprimento amigo, entre quem tudo queria fazer ao serviço do seu / nosso Sindicato, que ele e todos nós ajudámos a crescer, com o propósito de o tornar mais forte e coeso.

Agora a porta está fechada, mas para os que com ele conviveram e tiveram o grato privilégio de contar com o seu companheirismo e amizade, o Chefe Roque perdurará entre nós como Homem íntegro, solidário e amigo que soube ser.

Augusto Pascoal

Olá Amigo Roque

É para mim um privilégio aceder à sugestão da nossa colega Adélia para escrever algumas palavras a teu respeito. Estas palavras não desejava escrevê-las nesta altura e muito menos pelos motivos que o faço, mas a vida por vezes prega-nos partidas e não nos deixa alternativas.

Como sabes, o SPGL foi o local onde diariamente e durante muitos anos, lado a lado, também com os restantes colegas, sob a orientação da Direcção, desempenhámos com muito gosto e total entrega as nossas funções profissionais, não sendo exagerado dizer que constituíamos uma autêntica família, razão por que a nossa amizade se foi cimentando cada vez mais e que jamais será destruída.

Quero dizer-te que me lembro muito bem do ano em que começaste a colaborar connosco no SPGL, e logo aí vimos que reunias as características consideradas necessárias para seres um bom funcionário. A tua disponibilidade, simplicidade, sinceridade, honestidade são qualidades que muito prezo e nos levaram a propor à Direcção a tua admissão como funcionário efectivo, a partir de 3 de Novembro de 1976.

Os anos foram passando e as tuas qualidades humanas e profissionais mereceram cada vez mais a nossa consideração e foi, baseado nelas, que quando me aposentei sugeri que fosses tu a substituir-me na função que desempenhava. Fiquei orgulhoso ao constatar que a Direcção teve o mesmo entendimento.

As circunstâncias da vida levaram a que estivesses ausente do trabalho permanente durante algum tempo e também aí mostraste a tua força, e a admiração de todos nós por ti aumentou.

O destino determinou que no dia 17 de Outubro de 2010 fosse para todos nós um dia cheio de emoções fortes e grande tristeza. Não obstante a grande tristeza sentida, ela foi de algum modo atenuada, pois foram tantos os teus amigos presentes, entre eles todos os teus colegas de trabalho e os membros da Direcção do SPGL.

Senti orgulho em ti. Vais continuar eternamente connosco.

Amigo Roque, até qualquer dia.

Abílio Esteves

No Gil Vicente não há medo!

Intervenção do director da Escola Secundária Gil Vicente, João Cortes, aquando da inauguração da escola após obras de requalificação no quadro da "Parque Escolar". Pela sua coragem e desassombro aqui fica, na íntegra, o discurso que a administração escolar gostava de não ter ouvido. Mas teve de ouvir!

Hoje comemora-se o Centenário da República. No âmbito das Comemorações do Centenário foi lançada a iniciativa de inaugurar cem escolas em todo o país. Uma delas é o Gil Vicente.

A requalificação do Gil Vicente tem-se prolongado ao longo dos dois últimos anos, num processo que ainda não está terminado, apesar de hoje se fazer a sua inauguração.

Foi com um sentimento de esperança e com natural expectativa que a comunidade escolar recebeu, em 2007, a notícia que, no âmbito do programa de requalificação e remodelação das escolas secundárias, a Parque Escolar iria avançar com as obras de requalificação da Escola Gil Vicente.

Em Outubro de 2007 foi apresentado genericamente à comunidade escolar o projecto.

A solução apresentada para a requalificação dos edifícios escolares foi considerada pela comunidade escolar demasiado intrusiva, desrespeitava inteiramente a traça anterior da escola e descaracterizava completamente o espaço existente.

A maioria da comunidade escolar sempre questionou a qualidade e a funcionalidade do projecto. Contudo, A Parque Escolar decidiu, em Julho de 2008, avançar com as obras, apesar de mais tarde ter reconhecido que o projecto estava pouco consolidado.

Ao longo da intervenção a escola foi-se apercebendo das insuficiências funcionais dos novos espaços, da má qualidade dos materiais aplicados e das más opções arquitectónicas tomadas relativamente à requalificação dos edifícios pré-existentes. Tudo o que eram materiais e traçados antigos foram substituídos por linhas novas e materiais mais recentes.

As instalações construídas não têm, em nossa opinião, a eficácia física, funcional e energética apregoada no programa de modernização. A escolha dos materiais não obedeceu a critérios de qualidade, resistência e durabilidade e, não estão, cima de tudo, adaptados às cargas de utilização típica de um edifício escolar.

Falhou-se ao nível das condições de habitabilidade, uma vez que para se fazer a ventilação da maior parte dos espaços é necessário recorrer ao sistema de ventilação.

Por outro lado, os acabamentos, na generalidade, são de péssima qualidade e os defeitos são visíveis por todo lado, em pinturas, rodapés, portas de salas, armários, vidros mal colocados, pavimentos mal feitos, canalizações deficientes, luzes mal instaladas.

Não podemos deixar de referir que foram instalados equipamentos e tecnologias avançadas, mas que têm elevadíssimos custos energéticos e de manutenção. Direi que a escola não é eficiente nem sustentável, registando-se um significativo aumento do consumo de energia.

Numa altura de grande contenção financeira, verifica-se um significativo aumento dos custos com os encargos das instalações, não sendo estes comportáveis pelo orçamento da escola, a não ser que haja um claro reforço orçamental quer para o corrente ano, quer para os anos vindouros.

Os espaços verdes foram praticamente destruídos, tendo sido derrubadas dezenas de árvores, para permitir a construção dos novos edifícios, para a montagem de estaleiros e para a circulação dos veículos de obra. O mesmo aconteceu aos inúmeros canteiros então existentes. A reposição dos espaços verdes só foi parcialmente conseguida, tendo sido uti-

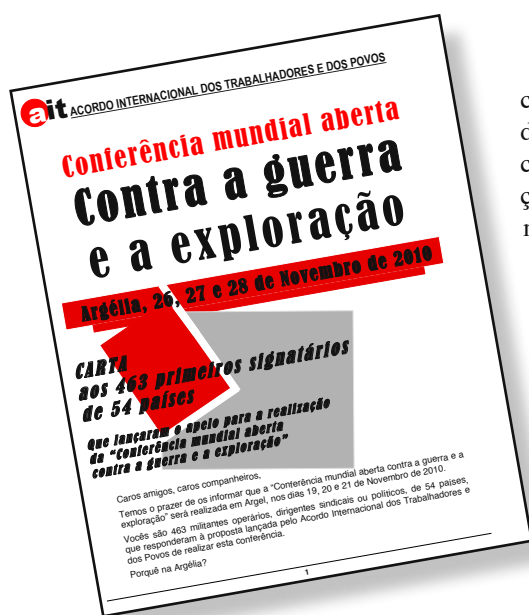
lizadas espécies vegetais de discutível utilidade numa escola, como por exemplo oliveiras, medronheiros ou videiras. Devemos referir que os diversos espaços verdes existentes tornavam a escola num local muito aprazível, com muitos locais de sombra e muitos recantos de lazer, algo que muito dificilmente voltará a acontecer.

A escola foi requalificada, mas não está acabada. Existem vários espaços que não podem ser disponibilizados à comunidade porque não estão terminados. Continuam por resolver diversas situações funcionais, para as quais a Parque Escolar ainda não apresentou formalmente qualquer solução.

Numa altura em que se comemora o primeiro Centenário da República, não podemos deixar de evocar um pouco da história do Gil Vicente. Foi criado em 1914, sendo o primeiro Liceu criado pela República. "Nasceu num local da cidade de Lisboa muito particular e recheado de história". Por cá passaram, ao longo do tempo, personalidades marcantes da vida literária e académica, uns como professores muitos outros como alunos. Cito a título de exemplo Rómulo de Carvalho que nas suas memórias afirmava a propósito do Gil Vicente: "Gostei muito de frequentar aquele liceu, não pelo ensino que lá ministravam, mas pelo edifício. Sentia-se em toda aquela vasta construção, a presença de um passado protector, apaziguador, um espaço de acolhimento onde sussurravam vozes antigas acolhedoras que inspiravam respeito".

Pena foi que o projecto de requalificação aprovado para o Gil Vicente não tenha respeitado "aquele vasto espaço apaziguador e de acolhimento". O preço da modernidade foi demasiado elevado. ■

Conferência Mundial Aberta Contra a Guerra e a Exploração



Em Novembro (dias 27, 28 e 29) terá lugar, na capital da Argélia, uma Conferência Mundial Aberta contra a Guerra e a Exploração, convocada pelo Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos (AIT) e pelo Partido dos Trabalhadores da Argélia, contando com o apoio da Central sindical argelina UGTA – que também faz parte do Comité organizador.

Esta iniciativa partiu dos responsáveis pela coordenação do AIT, de sindicalistas da AFL-CIO – ligados à Organização do movimento sindical dos EUA contra a guerra, pelo regresso das tropas do Iraque e do Afeganistão – e, ainda, de militantes operários chineses que lutam pela existência de sindicatos democráticos e independentes no seu país. Ela foi convocada em Outubro de 2009,

com o apoio desde logo de 463 militantes de 54 países. Um apoio que não parou de crescer durante os meses da sua preparação, integrando responsáveis sindicais e membros de partidos, uns a título individual, outros em nome das organizações a que pertencem.

Assinalamos, neste contexto, o apoio unânime dos delegados de 19 países da Europa, reunidos numa Conferência europeia, realizada em Berlim a 18 e 19 de Junho passado, organizada por sindicalistas e responsáveis de Comissões Operárias do SPD.

A Conferência de Argel realiza-se na continuidade das que foram organizadas pelo AIT nos últimos 20 anos. A primeira teve lugar em Barcelona, em Janeiro de 1991, dias antes da primeira guerra do Golfo, e lançou um Manifesto contra a guerra e a exploração. Como é dito nesse manifesto inicial, o AIT não pretende de modo algum concorrer com as organizações do movimento operário, nem substituir-se a elas, apostando no desenvolvimento das condições que levem à união do movimento operário à escala mundial, agindo de acordo com a metodologia de fundação da Primeira Internacional.

Os organizadores da Conferência de Argel esperam a participação de delegados de 55 países, tendo a maioria já confirmado a sua presença. Os militantes e organizações empenhados em contribuir para que esta realização seja um êxito – ajudando a luta dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo – continuam a agir neste sentido, em cada um dos seus países, pois ela exige um esforço considerável.

Assim, num tempo em que a regra geral é a de que as reuniões internacionais só funcionem à base de “subsídios” (dados pelo capital financeiro e as suas instituições), com a correspondente falta de independência – esta Conferência combate pelo seu auto-financiamento, mediante a solidariedade dos delegados dos países

mais ricos em relação aos delegados de países em que o baixo nível de vida torna impossível financiar a totalidade das despesas dos respectivos delegados. Esta Conferência irá conseguir algo a que é impossível assistir em qualquer outra reunião.

Delegados do Afeganistão e dos EUA, lado a lado

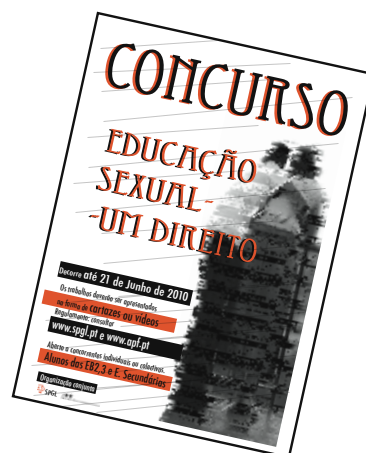
Irão lá estar delegados do Afeganistão – que estão contra a ocupação militar do seu país e defendem a democracia – a debater com sindicalistas dos EUA, membros do movimento contra a guerra que lutam para que as verbas utilizadas nas guerras do Iraque e do Afeganistão sejam destinadas a implantar um sistema público de saúde ou a reconstruir Nova Orleans.

Também estarão presentes delegados da Rússia, da região de Togliatti, os quais manifestam o seu espanto pela destruição social, pela privatização e pela rapina que, em nome do mercado livre, têm tomado conta da maioria das fábricas da região. Um delegado que estará em Argel afirma que, na região a que pertence, o número de habitantes falecidos no mês de Agosto quadruplicou, em relação ao mesmo mês de há 20 anos. «Este é o resultado de 19 anos de “democracia” capitalista de mercado», afirma este militante da Rússia.

Uma delegação de sindicalistas do Paquistão também estará presente, denunciando o cinismo dos EUA e do imperialismo internacional, que não hesita em gastar milhões de dólares em armas para massacrar o povo. Ao mesmo tempo que se mostra reticente em enviar fundos e material para fazer face à tragédia que está a assolar o país, a partir das chuvas torrenciais de Agosto, as quais fizeram 20 milhões de vítimas.

A Conferência é preparada não só no terreno da resistência, em cada país, às agressões do capital, como também no terreno da solidariedade internacional. ■

Alunos da E.S. da Cidadela, de Cascais vencem concurso "Educação sexual - um direito"



No ano lectivo transacto o SPGL lançou, nas escolas da sua área sindical, um concurso destinado a promover a necessidade de concretizar a já aprovada educação sexual nas nossas escolas. De entre os vários trabalhos concorrentes - cartazes e vídeos - o júri, constituído pelos professores Daniel Sampaio, Duarte Vilar, Francisco Janeiro, Margarida Gaspar de Matos e pela cineasta Margarida Gil, deliberou, por maioria, atribuir os seguintes prémios:

- Na secção "cartazes", ao trabalho apresentado pelos alunos João Diogo Moreira da Cunha-Rêgo, João Gonçalves Pereira Rodrigues, Vanessa Sofia Tomé Pinto e Victor Hugo Lau Foo Baldini, do 9º ano;

- Na secção "vídeo", ao trabalho apresentado pelo aluno João Carlos da Silva Domingos Pestana, do 10º ano.

Foram ainda apresentados outros trabalhos - T-shirts e um livro - que, por estarem fora do regulamento, não puderam ser considerados.

O cartaz vencedor será oportunamente enviado a todas as escolas do 2º, 3º ciclos e do Secundário da área do SPGL e todos os trabalhos apresentados estarão em exposição na galeria do SPGL, exposição que poderá ser requisitada pelas escolas.

Os prémios serão entregues numa sessão especial na Escola Secundária da Cidadela, de Cascais, em data a anunciar brevemente.

Agradecemos a participação de todos os que se envolveram neste projecto. ■

A Direcção do SPGL



SPGL celebra protocolo com Mútua de Seguros de Saúde líder em França

No passado dia 22 de Outubro, o SPGL celebrou um protocolo com a Mútua de Seguros MGEN, líder das mútuas de seguros de saúde em França, com mais de 3,4 milhões de pessoas protegidas.

O Seguro de Saúde da MGEN, que brevemente será subscrito pelo SPGL, apresenta um conjunto de vantagens relativamente a outros que o tornam particularmente atractivo - é vitalício, não exclui ninguém por doenças pré-

existentes e tem um conjunto de coberturas e prémios muito favoráveis. Poderá ser subscrito pelos sócios e por familiares, complementarmente ou não à ADSE e inclui o cartão Advance Care com a respectiva rede.

O Mutualismo apresenta vantagens óbvias em relação às sociedades comerciais. Desde logo, o seu objectivo não é o lucro mas a protecção social.

A MGEN gere, em França, o regime obrigatório de seguro de saúde dos profissionais da Educação, do Ensino

Superior, da Investigação, da Cultura, da Juventude e do Desporto e tem uma rede própria de 33 estabelecimentos de saúde, com capacidade de 3000 camas. Em Portugal, esta mútua tem já activo, desde Março, um protocolo com os Serviços Sociais da PSP com um universo de 85000 beneficiários.

Assim que se finalizar o processo de adesão, divulgaremos aqui, com todo o pormenor, este seguro de saúde e as condições de subscrição por parte dos sócios e familiares. ■

Departamento do Ensino Superior cria blogue

<http://spglsuperior.wordpress.com/>



João Cunha Serra
Departamento do Ensino Superior
e Investigação do SPGL

Atravessamos momentos políticos e sindicais muito difíceis. Para melhorar os níveis de debate e de informação entre os docentes do ensino superior e os investigadores, em especial entre os associados do SPGL, e para ajudar o sindicato a melhor definir a sua orientação, o Departamento do Ensino Superior e Investigação do SPGL decidiu criar um blogue, com o seguinte endereço:

<http://spglsuperior.wordpress.com/>
Este blogue incluirá entradas frequentes (*posts*) de pequenos textos de ac-

tualidade, bem como uma página denominada “*Opinião*” para textos mais longos, escritos por membros da direcção ou por associados do SPGL, e outra para *Documentos*.

Uma outra secção que fará parte do blogue é a do *Observatório*. Aqui, pretende-se que os nossos associados apresentem situações ofensivas dos direitos dos docentes e dos investigadores que entendam dever denunciar, envolvendo os próprios ou colegas seus, ou mesmo as suas instituições como um todo. A direcção do blogue respeitará o anonimato dos remetentes e apenas divulgará

essas apresentações com a autorização dos seus autores, após contacto directo com estes, e nos termos que com eles venham a ser acordados. O SPGL procurará, em qualquer caso, na medida das suas possibilidades, contribuir para a resolução das situações apresentadas. Todos os comentários aos textos inseridos no blogue serão bem vindos, sendo publicados todos quantos respeitem o código de conduta incluído no botão: *Política de Utilização*. Para o efeito bastará usar o botão: *Comentários*. ■

Deliberação da Comissão Paritária Contrato Colectivo de Trabalho FENPROF/CNIS



Foi publicada no Boletim do Trabalho e Emprego, nº 34, de 15/09/10 a deliberação da Comissão Paritária no âmbito do contrato colectivo de trabalho celebrado entre a CNIS e a FENPROF.

No que respeita aos trabalhadores com funções pedagógicas, as partes acordaram o seguinte:

- Os docentes com a categoria de edu-

cador de infância e professores do 1º ciclo do Ensino Básico com licenciatura passam a ser remunerados pela Tabela B-4, contando para o efeito todo o tempo de serviço docente prestado naquela categoria;

- A aquisição de grau superior ou equiparado que, de acordo com a legislação em vigor, determine uma reclassificação na carreira docente produz efeitos

a partir do dia 1 de mês seguinte à data da sua conclusão, desde que o docente o comprove em tempo oportuno.

As matérias agora acordadas passam a fazer parte integrante do Contrato Colectivo de Trabalho celebrado entre a CNIS e a FENPROF e publicado no Boletim de Trabalho e Emprego, nº 11 de 22 de Março de 2010. ■



Paulo Jorge Ambrósio
Professores e Educadores Desempregados
do SPGL/ FENPROF

“Prova de Condição de Recursos” Terrorismo do Capital

E pronto. Ontem, lá terminei o preenchimento e entrega electrónica da inqualificável “Prova de Condição de Recursos”, prevista no Decreto-Lei n.º 70-2010, de 16 de Junho.

Para nós, que recebemos subsídio social de desemprego, o prazo terminava a 30 de Setembro. Para os que recebem rendimento social de inserção e abonos de família, o prazo pode ir até ao fim do ano.

A minha saga começou quando recebi, como os demais, a ameaçadora carta da Segurança Social (SS) e prosseguiu com o arranjar dos saldos bancários em 31/12/2009 (data imposta pela SS) das duas contas da CGD que possuo, algumas modestas aplicações financeiras e certificados de aforro (por sorte a aplicação informática deles, lá no IGCP permitia ir buscar o extracto àquela data, senão queria ver como descalçava a bota!). Tudo isto, muito abaixo dos 100.613 euros impostos pela SS como patamar máximo para este património.

Depois, tive que ter muito cuidado com o formulário electrónico especialmente com as quantias declaradas (ao euro!), pois qualquer distração no seu preen-

chimento nos pode fazer incorrer em falsas declarações, punidas com a cassação liminar dos apoios sociais e inibição de a eles, ou a outros, recorrer durante dois anos (familiares *idem*).

A própria carta da SS (sem registo algum), a chantagem para a exposição de dados pessoais, o carácter retroactivo desta prova e a quase obrigatoriedade de ser feita pela internet, são prova da constitucionalidade mais que duvidosa de todo este processo, já sublinhada por reputados juristas e objecto de várias exposições e pareceres por parte da CGTP-IN.

Mas tudo isto, além um acto administrativo corsário, é sobretudo uma pulhice cobarde, por parte do capital, dos poderosos e do seu governo, sobre os mais fragilizados e indefesos, estigmatizados ideologicamente pela burguesia como malandros, relapsos e vigaristas. E condenados deste modo - por via da cassação imediata dos apoios e sua inibição durante dois anos - à sopa dos pobres ou ao delito comum, para se alimentarem, a si e aos seus. E é ainda, no plano meramente económico, uma fraude e uma farsa, porque os trocados, que a administração fiscal irá assim sacar, em termos de Orçamento de Estado e PEC, não passarão disso

mesmo: *trocados*. Além de que os *amiguinhos* mais remediados ou pobres deste reaccionário PS foram presumivelmente avisados antecipadamente e já terão, antes de 31/12/2009, passado os patacos (património mobiliário) para **outros titulares ou património imobiliário**, a exemplo do que fez o sr. Carlos Cruz, quando foi avisado que ia ser condenado a largar avultadas indemnizações às vítimas da Casa Pia.

Entretantes, dois milhões de beneficiários (gente, essa sim, explorada), mais de metade deles analfabetos e/ou info-excluídos, no limiar da pobreza e mesmo da fome - literalmente aterrorizados com a tal carta, a complexidade da prova e com a iminência de perderem os magros apoios estatais - arrastam os seus dias, fazendo, desde madrugada, filas intermináveis à porta das delegações da SS para obterem informações. O verdadeiro objectivo desta monstruosidade anti-social começa a saltar à vista: poupar dinheiro e varrer mais alguns milhares de beneficiários dos ficheiros da SS e do IEFP - tal como, só nos meses de Julho e Agosto últimos, foram apagados despudoradamente 42 mil desempregados dos ficheiros do tal IEFP.

E no caso destes desempregados, com subsídio

social, os que mesmo assim conseguirem transpor mais esta odiosa barreira da “Prova de Condição de Recursos”, lá continuarão a marchar quinzenalmente para as apresentações periódicas e proibição de ausência para o estrangeiro sem comunicação prévia ao centro de emprego.

Não faltará muito para a pulseira electrónica ou... a prisão preventiva!

Mas esta gente humilde, estes dois milhões, assim tratados como criminosos, arguidos sujeitos a medidas de coacção, são os dos *trocados*... E os outros, o punhado dos *milhões*, perguntarão os mais distraídos? Os maiores dos grandes, as grandes fortunas, *offshores*, banca, seguradoras, administradores e altos quadros, quem lhes vai à pele?

Vamos deixar de ser tolos: obviamente que a esses ninguém lhes *toca*, ninguém lhes impõe o levantamento do sigilo bancário que, no fim do tal famigerado formulário, nos obrigam a assinar. Porquê? Porque não há “ninguém” por cima deles. São eles o *topo*, os donos, os verdadeiros amos deste sistema capitalista rapace. E das nossas humildes vidas. Até quando? ■



“A consequência mais significativa da operação Chumbo Fundido foi o Relatório Goldstone”

Entrevista com **Norman Finkelstein**

Norman Finkelstein, especialista na problemática do Médio Oriente, esteve em Portugal, entre 29 de Setembro e 1 de Outubro, onde participou em conferências em Lisboa e Porto e orientou um seminário no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Quando da sua presença em Lisboa, onde apresentou a conferência *The Repercussions of Israel's Cast Lead Operation for the Future of its Occupation of the Palestinian Territories*, a El fez-lhe uma breve entrevista.

El - Quais as consequências - que considera mais relevantes - para a ocupação israelita, da operação *Chumbo Fundido*?

Norman Finkelstein - A consequência mais significativa da operação Chumbo Fundido foi o Relatório Goldstone.

Pela primeira vez na história do conflito, Israel é considerado responsável, legalmente, pelos crimes cometidos. Normalmente Israel limitava-se a expressar “angústia” após os massacres de palestinianos - “disparar e chorar”-, como os Israelitas ironicamente diziam. Mas agora o relatório Goldstone diz: *Poupe as vossas lágrimas; exigimos a vossa responsabilização em tribunal.*

Que reflexos tem, em Israel – em particular no plano social – a ocupação da Palestina?

É indubitável que o militarismo Israelita tem tido um efeito moralmente corrosivo. Não nos esqueçamos que Israel é um país muito pequeno, com poucos milhões de habitantes, mas com grandes ambições regionais. Estas levaram ao seu envolvimento em numerosas guerras e a uma ocupação com 40 anos. Ou seja virtualmente todos os cidadãos de Israel estiveram implicados no atoleiro de guerras assassinas de agressão e numa brutal ocupação.

Não é pois surpreendente que os Israelitas estejam hoje muito empedernidos.

As sondagens mostraram um apoio de 90 por cento, ou mais, à Operação Escudo Defensivo em 2002, à guerra no Líbano em 2006, ao massacre em Gaza em 2008-9 e ao banho de sangue no

Mavi Marmara este ano.

Um barco que, recentemente, partiu de Chipre para Gaza, levava dez activistas judeus. Há perspectivas de um maior envolvimento de judeus – nomeadamente em Israel – pelo fim do cerco a Gaza e por negociações para a criação de um Estado Palestino?

Não tenho grandes expectativas em relação aos judeus em Israel, mas é também evidente que o apoio entre os judeus fora de Israel, especialmente entre a juventude, está a diminuir significativamente. A maioria dos judeus é liberal. Oitenta por cento votaram em Barack Obama, apesar de serem o grupo étnico mais rico nos Estados Unidos. Votaram nele e não no candidato conservador (Republicano) porque são liberais (Democratas). E é muito difícil ser liberal e apoiar a loucura que vem de Israel nos dias que correm. Os jovens judeus nos “campus” universitários não defendem o lançamento de bombas de fósforo nos hospitais, como Israel fez em Gaza.

A “justificação” de actos de agressão, massacres e cerco de Gaza passa, frequentemente, pela invocação do carácter de movimento islâmico fanático do Hamas. Qual a sua opinião sobre este argumento?

Durante a Operação Chumbo Fundido Israel matou 1400 habitantes de Gaza, sendo cerca de 1200 civis. O Hamas matou 13 Israelitas, dos quais 3 eram civis. Quem são os fanáticos?

A moratória à construção nos colona-

tos da Cisjordânia expirou nestes dias. As construções já começaram. Neste contexto, que perspectivas há para o diálogo?

Nunca houve uma moratória nas construções. A fonte mais credenciada sobre os colonatos em Israel é a *Peace Now*, e o responsável pela organização referiu que a moratória era uma “ficção”, uma vez que esta só se aplicava a “nova” construção.

Por isso muitos colonos construíram os alicerces para casas antes do início da moratória e continuaram as edificações durante este período de pseudo-congelamento.

A solidariedade internacional pode ser importante para pôr fim à ocupação e abrir portas a uma solução política. Que tipo de iniciativas sugere, nomeadamente da parte dos portugueses?

Têm-se desenvolvido três tipos de iniciativas proveitosas:

1) A utilização do direito para responsabilizar Israel (por exemplo o Relatório Goldstone e a “jurisdição universal” a que alguns Estados Europeus têm ameaçado recorrer para processar Israelitas que entrem no seu território);

2) A desobediência Civil Não Violenta, como é o caso das flotilhas para Gaza e as manifestações, apoiadas por activistas internacionais, nas aldeias da Cisjordânia, opondo-se ao Muro Israelita;

3) Obrigando empresas que lucram com os colonatos a abandonarem estes investimentos e opondo-se à venda de armas a Israel, duas práticas ilegais, de acordo com o direito internacional. ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos SÓCÍOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa

•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direcção: direcao@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios

•TEL: 21 381 9192
•apoiোসocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso

•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos

•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)

•TEL: 21 381 9143
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação

•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direcção Regional de Lisboa

•Sintra
Rua Padre Manuel Nobrega,
Lt 8, Loja A, Algueirão
2725-085 Mem Martins
Tel: 219212573 Fax: 219212559
•Parede

Trav. Rocha Martins, F - L,
2775-276 Parede
Tel: 214563158 Fax: 214563157
E-Mail: parede@uniaolisboa-cgtp.pt

•Vila Franca de Xira
Rua Serpa Pinto, 136 - 2º
2600-262 Vila Franca de Xira
Tel.: 263276486 Fax: 263276487
E-Mail: vilafranca@spgl.pt

Direcção Regional do Oeste

•Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
E-Mail: caldasrainha@spgl.pt

•Torres Vedras

Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906
E-Mail: torresvedras@spgl.pt

Direcção Regional de Santarém

•Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domin-
gos, 3º B 2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
E-Mail: abrantes@spgl.pt

•Santarém

Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
E-Mail: santarem@spgl.pt

•Tomar

Rua Coronel Garcês Teixeira, 14-A
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
E-Mail: tomar@spgl.pt

•Torres Novas

R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A

2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
E-Mail: torresnovas@spgl.pt

Direcção Regional de Setúbal

•Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935
E-Mail: setubal@spgl.pt

•Barreiro

Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
E-Mail: barreiro@spgl.pt

•Almada

R. D. Álvaro Abranches da Câmara,
nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
E-Mail: almada@spgl.pt

Departamento de Cultura



Qualquer sugestão deve ser enviada para carloscastilho@spgl.pt

EXPOSIÇÃO "JORNAIS ESCOLARES"



JORNAIS ESCOLARES

Sobre uma EXPOSIÇÃO

INTRODUÇÃO

Está a decorrer na sede do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) uma exposição sobre JORNAIS ESCOLARES. A exposição estará aberta ao público durante os meses de Outubro e Novembro de 2010.

Tudo começou com uma circular que o Sindicato enviou às escolas da sua área de influência (Grande Lisboa), dando-lhes conta da intenção em realizar a referida exposição e convidando-as a manifestarem, por escrito, vontade em participar. As escolas responderam ao apelo em número muito significativo, de tal modo que a exposição teve de se realizar em duas fases. No mês de Outubro ficaram expostos os jornais da primeira fase, reservando-se o mês de Novembro para os jornais da fase seguinte.

OBJECTIVOS

A Exposição dos Jornais Escolares, entre ou-

tros, obedece aos seguintes objectivos: dar maior projecção ao jornal que cada escola elabora, dar maior relevo àquilo de que cada jornal é capaz em termos de criatividade, de dinamismo e de empenho por parte de professores e alunos, por um lado; por outro, proporcionar o CONTACTO entre jornais, e, por conseguinte, entre escolas. O jornal da escola A, por vezes, não chega à escola B, que se encontra mesmo ali ao lado dela.

A EXPOSIÇÃO

Actualmente (finais de Outubro/2010), estão expostos 13 jornais, dos quais 4 são JORNAIS ESCOLARES DIGITAIS, que, dada a sua especificidade, ocupam, na sala da exposição, um lugar apropriado, facilmente identificável pelo visitante. Para além dos jornais impressos, o visitante encontra um total de 18 posters expostos, dois por cada jornal. Expõem-se sempre as primeiras páginas dos jornais e uma página do interior de cada jornal, que foi opção dos organizadores da exposição. Procurou-se a diversidade. Uma vez foi escolhida a página que continha o TEXTO LIVRE do aluno, outra

vez, o TEXTO DE REFLEXÃO sobre um problema do momento, etc. Foi ainda atribuída a cada conjunto de dois posters uma cor distintiva, de modo a facilitar a identificação de cada jornal.

O JORNAL ESCOLAR, HOJE

Os professores sabem que o Jornal Escolar ganhou importância didáctica e pedagógica na primeira metade do século XX com Célestin Freinet. Os objectivos da maior parte dos jornais expostos são ainda muito semelhantes àqueles que Freinet atribuía ao JORNAL ESCOLAR. O Jornal, na escola, é um recurso educativo que incentiva a imaginação e estimula o uso do espírito crítico, que permite a divulgação daquilo que a escola é e faz junto da comunidade escolar ou do meio envolvente; mas o Jornal é também factor de coesão entre agentes da aprendizagem da escola, constituindo, ainda, um óptimo meio de dinamização de toda a comunidade escolar.

Hoje, como pode o próprio visitante constatar, o Jornal Escolar deixou-se, como não podia deixar de ser, conquistar pela INTERNET. Sentido dos novos tempos. Outros socorram-se da imprensa local. De qualquer modo, o JORNAL ESCOLAR continua a colocar aos professores e aos alunos os desafios de sempre; ser, também para TEMPO ACTUAL, um instrumento do processo formativo da escola. Porque é sempre necessário aprender a expressar as opiniões e os pensamentos, porque é sempre necessário um meio que dê sentido ao verbalizar de UM MODO de estar, de sentir e de observar o mundo.

Em nome do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), agradece-se às escolas, aos professores e aos alunos envolvidos na elaboração dos jornais que aqui se expõem.

Carlos Castilho Pais / Departamento da Cultura do SPGL

Esta exposição está aberta a visitas organizadas de alunos. E ela pode também tornar-se itinerante, caso exista interesse nela da parte das escolas. Deverá sempre, num caso ou noutro, contactar o Sindicato, pf.

Consultar também a Internet SPGL/Frentes de trabalho/ Departamento de cultura.

MANTER-SE SINDICALIZADO(A) depois de Aposentado(a)

Uma presença
necessária
Uma experiência
que nos enriquece!



- ➔ Se queres manter-te informado(a);
- ➔ Se queres lutar por uma aposentação condigna;
- ➔ Se queres garantir e defender os teus direitos;
- ➔ Se queres intervir na acção reivindicativa e negocial do SPGL e da FENPROF;
- ➔ Se queres usufruir dos mesmos benefícios que os sócios no activo (saúde, jurídico e outros) com o valor da quota reduzido para metade e beneficiando de uma bonificação de 50% no IRS;

Mantém-te
sócio(a) do SPGL
colaborando e
participando.

**O SPGL conta
contigo!!!**

FICHA DE ACTUALIZAÇÃO DE DADOS

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____ Localidade _____

Telefone _____ Tlm _____ Email _____

Tendo em conta a minha actual situação de Professor(a)/Educador(a) aposentado(a) solicito que procedam à actualização dos meus dados e reduzam a minha quota sindical para 0,4% da minha pensão ilíquida _____, pelo que declaro autorizar que procedam ao desconto respectivo na minha conta bancária nº _____ do Banco _____ com o NIB _____

(assinatura do próprio)

Aluguer de Apartamento Torres Vedras Para alugar a Professores ou Alunos

Localização: Rua António Leal de Ascensão, nº 30, 4º Dtº 2560-309 Torres Vedras
(Situado no Parque Verde da Várzea, junto a várias escolas: EB 2,3 São Gonçalo, EB 2 Padre Francisco Soares, EB 2,3 Madeira Torres e ainda junto à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e ao Centro de Formação Profissional CAERO).

Contacto: Profª Ilda Silva Pires Santos
Dias **Telemóvel nº 912939047**

Culturgest

DOM. 28 de NOVEMBRO

Grande Auditório
21h30

Duração aprox. 1h30

Preço: 20€uros / 14 Euros€ (+ 65 anos)
Informações e reservas
pelo tel: 21 381 91 47



“Final de Rascunho”
Sérgio Godinho

Legislação

• **Despacho nº 14246/2010, de 13 de Setembro**

Subdelega competências no Director Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo

• **Despacho nº 14368-A/2010, de 14 de Setembro**

Regula as condições de aplicação para o ano lectivo 2010/2011, das medidas de acção social escolar, da responsabilidade do ME e dos Municípios, nas modalidades de apoio alimentar, alojamento, auxílios económicos e acesso a recursos pedagógicos.

• **Despacho nº 14420/2010, de 15 de Setembro**

Aprova as fichas de avaliação global do desempenho do pessoal docente.



Reunião Europeia da Marcha Mundial das Mulheres

19 – 21 de Novembro 2010

Pousada da Juventude de Moscavide, Lisboa

No passado dia 17 de Outubro, na República Democrática do Congo (RDC.) na região de Bukavu, a mais assolada por crimes sexuais contra as mulheres, cerca de 1700 mulheres provenientes de 43 países participaram numa grandiosa manifestação em resposta ao apelo da Marcha Mundial das Mulheres, encerrando assim as acções da 3ª Acção Global.

Porquê a escolha da RDC? As estimativas das Nações Unidas referem 15 mil mulheres congolesas violadas em 2009 e pelos dados do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) este cenário não diminuiu este ano, sendo os autores destes crimes tropas e rebeldes estacionados na região. A total impuni-

dade face a este terrorismo sexual que trata as mulheres como despojos de guerra e, em contraponto, a vontade de as mulheres afirmarem a sua capacidade de lutar pela dignidade e exigirem estar presentes nos processos de paz, levou a que a acção da Marcha Mundial das Mulheres tivesse este ano o seu desfecho nesta região de África.

Para fazer o balanço desta acção e das inúmeras que ocorreram este ano entre o 8 de Março e o 17 de Outubro no âmbito da 3ª Acção Global da Marcha Mundial das Mulheres, a coordenadora portuguesa desta rede feminista internacional vai ser a anfitriã da reunião da Coordenação Europeia. Em Novembro, entre 19 e 21, na Pousada da Juventude de Moscavide, em Lisboa, realizar-se-á esta reunião com a presença de dele-

gadas das diferentes coordenadoras nacionais da Europa. A reunião tem diversos objectivos: fazer balanço, perspectivar acções para o futuro imediato e participar na manifestação dos movimentos que dizem Não à Guerra e Não à NATO, na mesma altura em que os senhores da guerra estarão em Portugal para a cimeira da NATO que vai definir os novos conceitos estratégicos desta aliança militar. Haverá ainda um **debate aberto** sobre Militarismo e suas consequências na vida das mulheres no dia 19 de Novembro, na Pousada da Juventude em Moscavide.

O programa do Encontro Europeu está disponível em www.marchamundialdasmulheres.blogspot.com. Mais informações e contactos mmmulherespt@gmail.com

Departamento de Professores e Educadores Aposentados



Comemorações do Centenário da República

Exposições com visitas guiadas

Inscrições pelo tel. 213819147

Data	EXPOSIÇÃO	LOCAL	Local de Encontro	Hora	PREÇO	Nº de Participantes
27/11/2010	VIVA A REPÚBLICA	Cordoaria Nacional	Porta Principal	14h 15	Grátis	30
16/12/2010	VIAJAR – VIAJANTES E TURISTAS À DESCOBERTA DE PORTUGAL NO TEMPO DA 1ª REPÚBLICA + CORPO	Terreiro do Paço – Torreão Nascente Terreiro do Paço – Torreão Poente	Arcada junto ao Torreão Nascente	14h 00	Grátis	30
13/01/2011	ResPUBLICA + QUANDO A ARTE É PODER	Fundação Calouste Gulbenkian	Átrio da entrada principal	14h 20 14h 40	1 Euro€	25 + 25

Protecção na parentalidade (continuação)

1- Licença em situação de risco clínico durante a gravidez

2 - Licença por interrupção da gravidez

3- Dispensa para consulta pré-natal

O interesse que as questões da parentalidade tem vindo a suscitar junto dos trabalhadores docentes, através das dúvidas que regularmente suscitam, impõe que se dê continuidade aos esclarecimentos sobre o regime jurídico das suas diversas vertentes.

Assim, neste número do Escola Informação vou abordar os aspectos mais relevantes dos regimes jurídicos da licença em situação de risco clínico durante a gravidez, da licença por interrupção da gravidez e da dispensa para consulta pré-natal. Qualquer um destes regimes encontra-se regulado no Código do Trabalho os quais, e relembro, por via do disposto no artigo nº 22º da Lei nº 59/2008, de 11 de Setembro que aprovou o Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, se aplica aos docentes com relação jurídica de emprego público.

1 – O direito à licença em situação de risco clínico durante a gravidez encontra-se tutelado pelo artigo nº 37º do Código do Trabalho e pode ser exercido verificadas que sejam as seguintes circunstâncias:

- a) Que o risco clínico se verifique para a trabalhadora ou para o nascituro;
- b) Que o risco seja impeditivo do exercício de funções, independentemente do motivo que determine tal impedimento;
- c) Que este impedimento esteja ou não relacionado com as condições da prestação do trabalho;
- d) Caso o empregador não proporcione o exercício de actividade compatível com o estado e a categoria da trabalhadora.

O período de tempo da licença em questão é fixado por prescrição médica, sem prejuízo da licença parental inicial cuja abordagem foi feita no nº 235 do “Escola Informação”.

Para beneficiar desta licença, a trabalhadora deverá informar a entidade empregadora apresentando, para o efeito, um atestado médico que indique a duração previsível da mesma. Esta informação deverá ser

prestada com a antecedência de **dez dias**, excepto em situação de urgência devidamente comprovada pelo médico caso em que aquela deverá ser prestada **logo que possível**.

2 – A interrupção da gravidez encontra-se legalmente tutelada no artigo n 37º do Código do Trabalho que dispõe que, nesta situação, a mulher trabalhadora tem direito a gozar uma licença com duração **entre 14 e 30 dias**.

Com vista a exercer o referido direito, a trabalhadora deverá informar a entidade empregadora e entregará, logo que possível, um atestado médico com a indicação do período da respectiva licença.

3- Finalmente, o regime para consulta pré-natal encontra-se sediado no artigo nº 46º, também do Código do Trabalho. Este regime confere à mulher grávida o direito a ser dispensada do trabalho para consultas pré-natais, pelo tempo e número de vezes necessário. Estas consultas devem, **sempre que possível**, realizar-se fora do horário de trabalho. Caso isso não seja possível, a entidade empregadora pode exigir que a trabalhadora apresente prova dessa circunstância e ainda da realização da consulta.

Saliente-se que a preparação para o parto é equiparável pela lei a consulta pré-natal pelo que àquela também se aplicam os procedimentos descritos.

No âmbito do alargamento dos direitos da parentalidade, o legislador veio conferir ao pai o direito a **três dias** de dispensa ao trabalho para acompanhar a mãe às consultas pré-natais.

Finalmente refira-se que, a violação dos supra-citados direitos constitui para as duas primeiras e para a última situações, respectivamente, contra-ordenação muito grave e grave, nos termos do artigo n 554º do Código do Trabalho.

Aproveito ainda para informar que os regimes jurídicos dos efeitos dos direitos da parentalidade e da respectiva protecção social serão tratados numa das próximas rubricas do “Consultório Jurídico”. ■

NÃO FIQUES À ESPERA DE VER O QUE ACONTECE!



GREVE GERAL. — 24 DE NOV.